

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

OS LATIFUNDIOS DO INCRA

**(A CONCENTRAÇÃO DE TERRA NOS PROJETOS DE
ASSENTAMENTO EM RONDÔNIA)**

**DOUTORANDO: JOSÉ JANUÁRIO DE OLIVEIRA AMARAL
ORIENTADORA: PROF^a DR^a IRACI GOMES DE V. PALHETA**

Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós -
Graduação, na Área de Geografia Humana, do Departamento
de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas - FFLCH, da Universidade de São Paulo - USP, sob
orientação da Prof^a Dr^a Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta,
para obtenção do título de Doutor em Ciências.

USP

RESUMO

Em “*Os Latifúndios do INCRA*” procura-se demonstrar como a terra está sendo reconcentrada, nos projetos de assentamentos do INCRA, quebrando assim, sua função social.

A terra é desapropriada, o migrante torna-se um colono/assentado e pelo trabalho hercúleo da terra, o processo se fecha novamente na reconcentração, em parte colaborada por uma política que não privilegia a pequena produção familiar nos projetos de Reforma Agrária em Rondônia.

Na verdade a tecnoburocracia do INCRA sustenta e incrementa o abandono das terras, ou é seu estimulador pela absoluta falta de atuação; deixa, enfim, as coisas acontecerem como se nada tivesse a ver com os fatos, se exime de qualquer atitude, já que distribuiu os lotes, considerando, com isso, a tarefa cumprida. Os erros persistem, mesmo sendo conhecidos, e são muitas vezes causados pela ausência de atuação fiscalizadora do INCRA.

A concentração e o uso indevido da terra pelo latifúndio tem sido acompanhada por um aumento generalizado dos conflitos sociais, em virtude de usurpação das áreas indígenas e as de uso camponês. Abrangem uma diversidade de antagonismos e de interesses concernentes não apenas à titulação da terra, mas também às relações de trabalho e à circulação de produtos agrícolas.

O traço marcante da estrutura fundiária de Rondônia, que não difere muito da brasileira, é o aspecto concentrador da propriedade da terra e, contraditoriamente, o crescimento do número de minifúndios. Esse aumento da pequena propriedade decorre do processo de formação do campesinato brasileiro neste final de século.

PALAVRAS CHAVES: Latifúndio, Colonização, Rondônia

ABSTRACT

In "Os Latifundios do Incra" (Incra's Latifundium) I seek to demonstrate how the land in Rondonia has been re-concentrated on the Settlement projects of INCRA, thus breaking its social function.

The land is taken from an original owner, the migrant becomes a settler through a hard work on the land, the process is closed again in the re-concentration , somewhat supported by a policy which does not favour the small familiar production in the projects of Agrarian Reform in Rondonia.

In fact INCRA's techno-bureaucracy sustains and increases the abandonment of land, or is its stimulator by its total lack of action ; it just lets things happen as if it did not have anything to do with land distribution: it simply does not take any attitude. The distribution of lots seems to be INCRA's only task. Even known by the directors, the mistakes keep happening. They are many times caused by the absence of a supervising activity of INCRA.

The concentration and the wrong use of the land by the latifundium has been followed by the increasing land conflicts, the invasion of indigenous areas and the encroachment of land used by the small farmers. The problems reach a diversity of antagonisms and interests concerning not only with land title, but also with the selling and circulation of agro-products

The stressing aspects of the structure of land distribution in Rondonia, which is not so different from Brazil as a whole, is the concentrating aspects of land property and contradictorily, the growing of the number of minifundium (small piece of land). This increasing number of small properties is caused by the Brazilian formation process of "campesinato" in the end of this century.

Key words: Latifundium Colonization Rondonia

SUMÁRIO

RESUMO	3
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO	11
A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE.....	13
OS ESPAÇOS	13
A CONSTRUÇÃO DO OBJETO	22
A PROBLEMÁTICA E AS HIPÓTESES DE TRABALHO	24
O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO - O TRABALHO DE CAMPO.....	28
<i>O PROJETO DE ASSENTAMENTO VALE DO JAMARI</i>	30
<i>A PESQUISA DE CAMPO</i>	33
METODOLOGIA APLICADA AOS INDICADORES DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA	34
INTERPRETANDO A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA NOS ANOS NOVENTA	37
O PROCESSO DE OCUPAÇÃO PÓS SESSENTA E QUATRO.....	37
O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO	46
RONDÔNIA NO CONTEXTO	49
A COLONIZAÇÃO COMO POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	51
INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	52
MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO	59
COLONIZAÇÃO E NATUREZA.....	62
A IRRACIONALIDADE DOS ASSENTAMENTOS OFICIAIS.....	68
TRABALHO E NATUREZA	81
A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE RONDÔNIA	86
DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA EM RONDÔNIA DE 1950 A 1995.....	86
A DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA EM 1985	90
RONDÔNIA E AS DEMAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO ANO 1985	95
DISTRIBUIÇÃO DA TERRA ENTRE IMÓVEIS RURAIS DE RONDÔNIA (1967 A 1998).....	97
DISTRIBUIÇÃO DA TERRA ENTRE IMÓVEIS RURAIS EM 1992: COMPARANDO RONDÔNIA COM AS DEMAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO	99
DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA NAS OITO MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE RONDÔNIA EM 1995	101
A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO INCRA	104
CONCLUSÃO.....	115
BIBLIOGRAFIA	118

“A fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o Outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora. É ela um lugar de antropofagia simbólica, de desencontro, na busca de destino dos que se perderam nas veredas e no abismo do incógnito e desconhecido.” (José de Souza Martins, 1997)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado do esforço de muitos. Com ou sem manifestação nominal, a todos, de diferentes maneiras, sou muito grato.

Com certeza, esta experiência foi muito profícua; os dias passados em campo, conversando com os colonos, pessoas simples e que gostam de trabalhar na terra, foi um intenso aprendizado. Também senti uma certa alegria deles ao me receberem em suas casas; muitos até se intimidavam, sentiam vergonha pelo pouco que tinham a oferecer, mas, com o decorrer da conversa, eles iam se sentindo mais à vontade e experimentando grande prazer e vontade de contar suas histórias - mesmo aquelas histórias tristes. Sem sombra de dúvida, foi uma experiência que marcou a minha vida enquanto cidadão e enquanto pesquisador. A eles sou muito grato.

Quero também, de forma toda especial, agradecer aos que, mais direta e incisivamente, contribuíram para a sua realização:

- à professora Dra. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta que me incentivou e com a paciência, que lhe é peculiar, me orientou na Pós-Graduação;
- à professora Dra. Adyr Aparecida Balastrieri Rodrigues que possibilitou nosso acesso formal a Pós Graduação e pelas oportunas orientações no momento da qualificação;
- à minha mãe Maria Tavares;
- a Hélio, Ana Baraúna, San e Ni eles não sabem o porquê;

- a Walter, Nídia, Maigon, Arley e Maurício, eles sabem o porquê;
- aos amigos e professores da Universidade Federal de Rondônia Ari Ott, Josué, Santos, Flavio Batista, Ene Gloria, Dante Ribeiro, Marcos Teixeira, Adriana, Dina, Maura, Marcos, Lenizete, Eulina, M^a das Graças, Maria Isabel, pelo carinho com que me aturaram durante a pesquisa; também a Valdemir Miotello e Miguel Nenevê que me ajudaram a refinar a linguagem do texto, e Alberto F. Lins Caldas pela contribuição na editoração do texto final.
- aos colegas Rodrigo e Amaro pelas distrações durante a redação de nossa qualificação;
- aos amigos da DIPEX/UNIR;
- à prof^a. Nídia, o prof. Carlos Teixeira e Prof. Dorisvalder D. Nunes que me proporcionaram o grande benefício de suas leituras detalhadas do texto.
- e, finalmente à Universidade Federal de Rondônia - UNIR, e à CAPES cujo financiamento tornou possível este trabalho.

A estas pessoas e instituições devo os acertos existentes neta tese. Naturalmente, não recai sobre nenhuma delas qualquer responsabilidade por erros ou omissões que possam ter persistido no texto.

RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIações

AI - Área Indígena
ALE - Assembléia Legislativa do Estado
BASA - Banco da Amazônia, S.A.
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
CCZEE - Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional
CPT - Comissão Pastoral da Terra
COMAI - Comitê de Avaliação Independente
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAMAZ - Conselho Nacional da Amazônia Legal
CPCV - Contrato de Promessa de Compra e Venda
EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
FAO/ONU - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEE - Floresta Estadual Extrativista (RO)
FERS - Floresta Estadual de Rendimento Sustentado (RO)
FIERO - Federação das Industriais do Estado de Rondônia
FNO - Fundo Constitucional do Norte
FÓRUM-Rondônia - Fórum das Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais de Rondônia
FUNDAGRO - Fundo Agrário de Rondônia
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF - Instituto Estadual de Floresta de Rondônia (extinto)
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
ITERON - Instituto de Terras e Colonização de Rondônia
MMA - Ministério do Meio Ambiente, da Amazônia Legal e dos Recursos Hídricos
MP - Medida Provisória
ONG - Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OSR - Organização dos Seringueiros de Rondônia
PA - Projeto de Assentamento
PAD - Projeto de Assentamento Dirigido
PIC - Projeto Integrado de Colonização
PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agrícolas, Pecuária e Mineração da Amazônia
POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil
PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar
PVEA - Plano de Valorização Econômica da Amazônia
RADAMBRASIL - Programa Radar da Amazônia - Brasil
RESEX - Reserva Extrativista
SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos (Presidência da República)
SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - RO
SEPLAM - Secretaria de Estado do Planejamento
SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ZEE - Zoneamento Econômico-Ecológico
ZSEE - Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira sempre esteve marcada por seu aspecto agrário. Em termos sociais, econômicos, políticos e culturais, é forte a presença do mundo agrário no mundo urbano. É correto afirmar que todos os momentos mais relevantes da história da sociedade brasileira estão influenciados pela questão agrária.

A questão agrária está presente na transição da Monarquia à República, do Estado oligárquico ao populista, do populista ao militar, na crise da ditadura militar e nos movimentos que estão lutando pela construção de uma sociedade mais justa e democrática. É o caso por exemplo do MST, cuja a pratica é lutar contra a concentração de terra improdutivas.

O objetivo desta investigação foi interpretar o comportamento da malha fundiária nos projetos de assentamento em Rondônia, nestas duas ultimas décadas.

Os dados que se conseguiram levantar sobre a estrutura fundiária nos projetos de assentamento em Rondônia são reveladores de uma situação que reflete a política que os repetidos governos vem empreendendo na região Amazônica pós o golpe militar de 1964.

O primeiro capítulo pretende reconstituir um raciocínio teórico consubstanciado na pratica da pesquisa de campo. De certa forma procurou-se uma interpretação das condições socio-econômico-política que tornaram Rondônia um espaço socio-geográfico propício para que o governo brasileiro

levasse a efeito a engenharia social da colonização agrícola a partir de 1970 no Estado.

O segundo capítulo procura interpretar a colonização agrícola nos anos noventa.

O terceiro capítulo demonstra que a colonização agrícola foi o mecanismo pelo qual o Estado autoritário atuou no processo de gestão territorial na região.

O quarto capítulo discute a lógica irracional que a engenharia social da colonização empreende nos assentamentos oficiais.

O quinto capítulo demonstra, comparando os dados dos Censos Agropecuários e os Recadastramento do INCRA, como vem se comportando a estrutura fundiária do Estado de Rondônia.

O sexto capítulo é o resultado direto da pesquisa de campo realizado nos projetos de assentamento onde é demonstrado o nível de reconcentração da terra nos projetos de assentamento do INCRA em Rondônia.

A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

Hoje já não tenho onde morar.
Não, não, não, não.
Na floresta, o meu barraco era coberto de jacy.
Seringueira companheira sustentava meus guris.
Mas de repente tudo se modificou,
No lugar do homem,
Foi o gado quem ficou...

O caminho s/ destino - Hélio Melo



Foto e Digitalização: Januario Amaral

OS ESPAÇOS

A intenção, aqui, é explorar, mapear e interpretar uma certa realidade que vem ocorrendo em Rondônia. Realidade que se apresenta, aparentemente, caótica e fragmentada, a fim de compreender de que modo se engendra a recriação dos latifúndios nos projetos de assentamento do INCRA, como resultado de uma lógica inversa à aquela que colocaria a função social da terra como uma política estatal.

A partir da década de setenta a Amazônia tornou-se “*um turbilhão social*”. Os conflitos se intensificaram, as dimensões iam desde as cidades, vilas, vilarejos, áreas rurais e urbanas, até extrapolaram as fronteiras nacionais, processo que excluiu milhares de pessoas que foram arrancadas compulsoriamente de seu habitat ancestral, e empurradas pelas estradas em direção a novas vidas nas periferias das cidades, num movimento rápido e catastrófico de crescimento urbano. Movimentos de significativa importância social, como os Povos da Floresta e Movimento dos Sem Terras, desafiam o poder político e econômico, lutando por obter algum controle sobre suas vidas, numa evidência clara da fertilidade dos movimentos sociais neste final de século; enfim, os efeitos de uma globalização econômica, drasticamente flutuante e socialmente perversa, que procura excluir uma parcela considerável da sociedade, à possibilidade de vida saudável e ao direito à cidadania.

No final da década de noventa, esses processos sociais que dão vida e morte, alegria e dramaticidade, conquista e perda, alienação e desalienação, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm chamar-se novo, racional, técnico, moderno, anti-atraso, desenvolvimento e outros adjetivos que queiram imputar a esse processo socialmente injusto e excludente.

Weber (1996) clarifica, no desfecho de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o comportamento do capitalismo afirmando que, o poderoso cosmo da moderna ordem econômica é como um *cárcere de ferro*. Essa ordem inexorável, capitalista, legalista e burocrática determina a ida

dos indivíduos que nasceram dentro desse mecanismo com uma força irresistível.

Essa ordem tentará determinar o destino do homem, na região Amazônica, até que a última tonelada de minério seja extraída ou a última árvore seja transformada em mercadoria, da indústria nacional ou internacional, pouco importa.

Na teia de relações sociais que fazem parte da Amazônia hodierna, o uso de uma única faceta para interpretar os múltiplos processos, levado a efeito pelo governo militar autoritário pode demonstrar-se capenga, para não dizer insuficiente.

"Na realidade o que nos parece estar em questão num primeiro momento é o papel do homem na análise geográfica. O homem não é analisado como integrante de uma coletividade ou grupo. Agora pensa-se o homem enquanto sujeito, num processo amplo de reprodução, que ultrapassa a mera reprodução material. A dificuldade surgida nessa perspectiva de análise refere-se ao uso do método." (Carlos 1982:136).

Outro aspecto de relevo é o entendimento do espaço e do tempo em nosso contexto sócio-cultural. Por exemplo, Na segunda metade do século passado, o tempo que uma viagem do Porto de Manaus com as roupas sujas da elite da borracha, narrado com detalhe por Eric Orsena (1990), para serem limpas na Cornualha, na Inglaterra, era de aproximadamente quatro meses, hoje essa distância pode ser cumprida em poucas horas, não mais levando roupas é claro. O que aparentemente é simples implica numa postura metodológica profunda na compreensão da realidade contemporânea. Segundo Berman (1988:15)

"existe um tipo de experiência vital - experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. (...) A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia." (Berman, 1988:15)

Assim, ao analisar-se o processo de recriação de latifúndios nos projetos de assentamento do INCRA é indispensável levar-se em consideração a sua totalidade enquanto processo social. As dimensões desse processo vai revelar um fato importante que diz respeito ao espaço e o tempo preexistente à sua própria existência. Ou seja, toda essa engenharia social vai concretizar-se num espaço habitado e num tempo onde as mudanças se dão com base em outras lógicas que não a da lógica de mercado. Que por enquanto, por falta de uma definição mais apropriada, chamaremos de *espaços e tempos amazônicos*.

No caso a colonização do INCRA vai representar o moderno, o racional, o técnico, em contraposição ao atrasado, arcaico, o improvisado, isto para um grupo que olha a realidade de forma dicotômica. Contudo não se pretende aqui empreender uma análise dual entre novo e velho, moderno e atrasado apenas estão expostos de uma forma meramente didática.

O conjunto e a magnitude das forças que participam desse moderno processo de (re)ocupação da Amazônia são de proporcionalidade gigantescamente desproporcionais. De um lado, atores e sujeitos locais: grupos e nações indígenas,

posseiros, ribeirinhos - pescadores, seringueiros - castanheiros, pequenos agricultores, e parcelas de uma burguesia conservadora mercantil derivada da economia do *aviamento*. De outro, o moderno, o desenvolvimento é representado por novos atores do porte da Estatal Eletronorte, e grupos privados como a Paranapanema, a Brascan, o Grupo Cassol, uma lista grande composta por capital estatal, multinacional e nacional; também o desenvolvimento é representado por inúmeros projetos de colonização agrícola implantados no Estado pelo INCRA desde de 1970. Continuando com suas reflexões sobre o moderno, Berman afirma que,

“ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradições. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo.” Berman (1988:13)

Uma permanente colisão de grupos e conluios, um contínuo fluxo e refluxo de visões e concepções de espaço e de tempo.

Verifica-se que o espaço e o tempo são regidos de acordo com o projeto de cada sociedade ou grupo social. Transformações espaciais e velocidade temporais diferentes entram em concorrência, se confrontam abertamente, norteadas por lógicas também diferentes. A temporalidade de um empreendimento do tipo Usina Hidroelétrica de Samuel da Estatal Eletronorte se mede, aproximadamente, por uma década.

Já a economia dos ribeirinhos, residentes às margens do Rio Madeira é de gerações em gerações; o tempo das sociedades indígenas são de escalas centenárias. Até mesmo a economia do aviamento soube se adaptar ao tempo amazônico, adaptou-se àquele lento vai-e-vem dos Rios da Amazônia.

Desta forma, as conseqüências desse amálgama da engenharia social levada a efeito em Rondônia, recentemente, evidenciada no espaço e pelo tempo, que decorrem, na realidade, de concepções axiológicas radicalmente distintas, não poderiam ser diferentes: **espacialidade e temporalidade dilaceradas** pelo movimento constante do capital, de um capitalismo postiço no sentido utilizado por Martins, o que quer dizer degradação ambiental em sentido amplo e extermínio cultural. No caso, é postiço, posto que simultaneamente as empresas, na Amazônia, utilizam-se das técnicas mais avançadas em tecnologia e ao mesmo tempo lançam mão do trabalho escravo em suas unidades produtivas, as fazendas.

Espacialidade e temporalidade que são completamente desrespeitadas, ignoradas pela sociedade abrangente. Isto porque, sempre esses grupos são olhados com a nossa lógica, um olhar etnocêntrico, que não procura entender as particularidades, mas acima de tudo impõem o seu próprio modo de fazer e ver a realidade. São vistos sobretudo, como gente faltos de história, logo sem passado, sem presente e sem futuro. Tal como Santos contrargumento essa visão pois

“todas as realidades são provisórias, são históricas, no sentido de pertencerem a dada comunidade, não há porque absolutizá-la. Desta maneira não há ordenamento da fala e do pensamento do outro, não há um identificar conceitos meus no outro. A garantia está no compromisso de trabalhar com o outro, a aceitação do outro não como objeto de estudo, de observação, de descrição, mas como singularidade aglutinada e pulsante”.(Santos, 1997:07)

Um posseiro que habita uma área e não quer sair dela para ir a outro lugar, porque ali estão sepultados os seus parentes. Aquele lugar representa muito mais que o fornecimento de alimento que retira da terra, aquela natureza foi antropomorfizada pela sua dinâmica, por sua cultura, logo não pode ter a mesma estrutura de conceituação que tem um fazendeiro com escritórios na famosa Avenida Paulista, em São Paulo, que quer a propriedade da terra para fins meramente especulativos. Veja, que já existe uma diferença brutal, um é posseiro o outro é proprietário. São realidades distintas com universos de representação também distintos, o que vai implicar em um olhar também diferente perante a natureza, com projetos também diferentes para utilizar-se dessa natureza.

Ademais, segundo Santos

“dar continuidade ao processo de descrições, que pretendem resgatar o ‘modo de ser’ do seringueiro não a partir de sua rede de signos, mas a partir de valores e signos que não são necessariamente seus, acaba por identificá-los com valores e signos que não são os seus, negando-lhe a possibilidade de mostrarem-se como singularidade.” (Santos 1997:03)

A lógica do espaço e do tempo do seringueiro são regidos pelo seu sistema cultural herdados de seus pais, que por sua vez aprenderam a dinâmica da floresta com os indígenas,

saberes que não são levados em consideração pelo espaço e pelo tempo da sociedade de mercado.

Porém a realidade é dialética, e os sujeitos criam formas específicas de enfrentamento dos diversos modos de utilização da natureza. Durante esse processo, um exemplo significativo desse amalgama, é a forma específica que os seringueiros encontraram para garantir a sua *seringuinidade*, ou seja, sua condição de seringueiro, a partir de experiências concretas uterinas, cuja substância são as Reservas Extrativistas - as REXE's. Segundo Santos

"esta dinâmica criadora e geradora de signos e significados tem garantido numa região de floresta, cujo contato com as cidades chega a demorar até seis meses, não somente sua identidade e história. Mas, principalmente, sua sobrevivência." Santos (1997:03)

De certo modo as "rugosidades" podem ser percebidas no espaço e sentidas no tempo por meio da fala de um seringueiro que entrevistamos no projeto de colonização Sidney Girão em 1992.

"...sabe, aqui antigamente, no tempo que não tinha colonização com esses pessoal ai do sul; no tempo que a terra era virgem, era um tempo de muita fartura, eu era livre como esses pássaros. Agora depois que os governos apoia a colonização tudo virou bagunça. A terra agora tem dono. Eu não entendo que agora eu não posso mais entrar naquela mata. Disseram que ali já tem dono. Mas como, ali não pode ter dono não senhor. Tá igual quando a gente chega ali na corrutela do garimpo de ouro do Rio Madeira, quando você olha uma mulher e chega um e diz: epa! Ela já tem dono. A nossa terra tá igual a uma prostituta do garimpo, sempre chega um e diz que já tem dono. Como pode ser possível?" (in: Amaral, 1994).

Assim concebido, o espaço geográfico é, na verdadeira acepção da palavra, um produto social, porque resulta do trabalho que a sociedade organiza para alcançar os seus objetivos. Ou seja, a sociedade está inteiramente motivada para a produção do espaço, em sintonia com os projetos a que se propõe. Utiliza nessa tarefa os modos e as ações que a sua cultura coloca à sua disposição: força de trabalho, meios de produção, ciência e tecnologia, relações simbólicas, etc.

Os "projetos" de cada sociedade constituem, portanto, um fio condutor do conhecimento do seu espaço, resultado do sistema de valores, tradições, atitudes e práticas culturais, sociais e políticas. Em outras palavras, resultam da ideologia na qual cada sociedade colhe as suas motivações e as suas razões de ser e agir. Segundo Isnard (1982:48), "o homem subtrai o espaço aos ecossistemas, trata-o, na sua dinâmica, orientado pela cultura, organiza-o, transformando-o em espaço geográfico."

Na Amazônia, por exemplo, sabe-se que a tecnologia disponível para os grupos indígenas era insuficiente para provocar grandes desmatamentos. Assim, eles desenvolveram um tipo de agricultura perfeitamente integrada à floresta. Ou seja, estabeleceram uma utilização ótima do seu hábitat sob o jogo e desenvolvimento de suas culturas.

Os seringueiros, mais recentemente, compreenderam e exploraram o potencial extrativo da Amazônia, sem que para isso fosse necessário a destruição das densas florestas equatoriais. Já os colonos e os posseiros que ocuparam modernamente a região, ao contrário, não se integraram de imediato à natureza, pois tentaram num primeiro momento

reproduzir nas novas terras os modos de viver de suas regiões de origem. Hoje, com a experiência e o aprendizado com outros grupos locais, tentam criar condições para suas culturas ao ambiente amazônico.

Projeto completamente diferente tem a sociedade nacional para a Amazônia na segunda metade deste século. Para ela, como axioma, o progresso material é a condição imperativa para sua expansão, expansão esta apoiada na técnica e na ciência, voltados ao lucro e estranhos ao meio amazônico. E os projetos de desenvolvimentos apoiados pela SUDAM bem como a colonização agrícola pretendem ser o mecanismo de tal empresa.

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Nas três últimas décadas deste século a estratégia espacial para a Amazônia deu início a uma nova fase de expansão da fronteira, na tentativa de atrair investimentos estrangeiros e também de expandir a economia nacional. Neste contexto, a relação homem/natureza assume uma substancial importância, e ganha notoriedade ecológico - política, consubstanciada principalmente pelas organizações não governamentais; e paralelamente, a questão da ocupação e devastação da Amazônia ganhou dimensões internacionais. Portanto, existem elementos para afirmar que o problema é colocado enquanto real imediato.

Contudo, é fundamental transformá-lo em uma questão geográfica, no sentido colocado por Bourdieu (1975:52) que considera fundamental a diferenciação entre objeto "real"

apreendido pelo senso comum e o objeto científico que se constitui como sendo um conjunto de relações construídas.

As reflexões de Bachelard (1986) sobre a teoria da relatividade de Einstein chamam a atenção para o fato de que não se deve indagar sobre a natureza; pelo contrário deve ater-se a diversas naturezas. O saber geográfico não é construído no vazio. Ele se dá num contexto socialmente produzido, ou seja, os modos de pensar a Geografia são resultado direto do contexto histórico-social, político, econômico e cultural.

Nosso sistema de referência é social e espacial, sendo, portanto, passível de análise geográfica. Assim, considera-se que é relevante discorrer sobre a formação de latifúndios nos projetos de assentamento do INCRA e o sentido que assume para os diferentes sujeitos sociais que participam do processo de colonização agrícola e reforma agrária em Rondônia.

A partir de 1970, em Rondônia, a relação homem/natureza vem sendo permeada pelo processo de colonização agrícola. Os migrantes-colonos que lá chegaram eram, na sua maioria, camponeses expropriados das regiões centro-sul, e também do nordeste, em virtude da expansão tecnológica (mecanização agrícola) e fruto de uma estrutura fundiária socialmente injusta - baseada na concentração da terra. Ou seja, são o resultado da exclusão socialmente produzida pelos efeitos das transformações que ocorreram sobre a estrutura fundiária e sobre as relações de trabalho, como resultante da política agrária do País adotada naquele período.

Esses camponeses passam à condição de atores sociais para a expansão da modernização nas novas terras, em condições de colonização inserida nos ditames dos programas governamentais de desenvolvimento agrícola na fronteira.

Considerando as observações levantadas acima, definimos como problema de pesquisa: investigar a lógica da reconcentração fundiária no processo de colonização agrícola em Rondônia neste final de século.

A PROBLEMÁTICA E AS HIPÓTESES DE TRABALHO

Nossa preocupação consiste em reconstituir o processo pelo qual os latifúndios se revigoram a partir das pequenas propriedades no âmbito dos projetos de assentamento do INCRA. Este é um fato condicionado por uma situação singular no Estado de Rondônia, visto que os projetos de colonização agrícola e reforma agrária foram implantados em áreas de floresta, em antigos latifúndios desapropriados para tal.

Os atores e os agentes sociais de nossa pesquisa constituem-se de colonos (camponeses que migraram principalmente do Centro-Sul do Brasil) e gestores das políticas estatais.

Sabe-se que todo e qualquer projeto de desenvolvimento deve levar em consideração as múltiplas representações dos indivíduos sobre seu meio, inclusive as características de adaptação e inadaptção (Cemin, 1992), "*como dois aspectos de uma realidade dinâmica: a de um processo*" (Godelier, 1981:58). Em outras palavras, deve-se levar em consideração o processo de dessocialização e ressocialização (Martins,

1986b) por que passa o colono ao se deparar com a floresta Amazônica.

O processo de colonização agrícola (Tavares dos Santos, 1986), em Rondônia, não pode ser analisado descontextualizado dos programas governamentais de desenvolvimento do Estado autoritário Brasileiro pós 1964. Assim, torna-se imperativo a abordagem sobre a gestão das políticas públicas, para que se tenham elementos que possibilitem o desvendar das práticas e representações da relação latifúndio/colonização e reforma agrária em Rondônia.

O conjunto de determinadas políticas públicas pode, de maneira voluntária, ocupar primeiro certas regiões. A implantação de determinadas infra-estruturas pelo setor público pode modificar as funções regionais e microrregionais de determinadas porções do território, permitindo então abrir caminho para sua mutação na divisão econômica e social do espaço e, mesmo, validar investimentos dos quais se espera uma mudança do território.

De acordo com Lipietz (1988:146) “a *intervenção pública* não consiste somente em ‘*socializar as perdas e privatizar os lucros*’. Ela visa atenuar a incapacidade da iniciativa privada em suscitar o desenvolvimento do espaço social.” Desta maneira, o que o mercado não pode resolver, ou que resolve mal, é remetido ao Estado, representante, se bem que ilusório, de toda sociedade.

O fundamental aqui é dar-se conta de que o espaço não é nem neutro nem inocente, mas que é um dos campos de ação por excelência das forças políticas: o Estado é também uma entidade geográfica, e o Aparelho de Estado organiza o

Espaço Geográfico de modo a exercer seu poder sobre os homens. A multiplicação das referências e alusões geográficas no discurso político faz com que o exame e a crítica do discurso dos geógrafos se tornem uma tarefa política cada vez mais necessária (Lacoste, 1986).

Assim, na dimensão espacial, é imperativo que se diferenciem os níveis de análise - as escalas, pois a intervenção da instância política na (re)produção da espacialidade dos modos de produção (em particular o modo capitalista) reflete diretamente na realidade social. (Lipietz, 1988:152)

Entende-se por modernização agrícola a inserção do campesinato no consumo de bens de produção industrializados, tais como instrumentos mecânicos, adubos e pesticidas e sementes selecionadas por modernos processos de engenharia genética.

Para reconstituir a questão da colonização agrícola no movimento de expansão das relações capitalistas na Amazônia, partiu-se das indicações teóricas de Tavares dos Santos, tendo como ponto de partida a categoria de “*processo*” para auxiliar na interpretação e desvendar as características da relação latifúndio/colonização, não desprezando as concepções de autores clássicos que trataram o tema, como, por exemplo, Wakefield e Marx.

Ressalta-se o fato dos migrantes que participaram do processo de colonização agrícola em Rondônia serem oriundos na maioria do Sul e Sudeste; para evidenciar as relações de “*estranhamento*” (Tavares dos Santos, 1986), que

se estabelecem entre o colono e a nova natureza, entre estes e o "*modelo unívoco de agricultura*".

Tavares dos Santos (1996) é esclarecedor ao colocar que os conflitos sociais na colonização agrícola de novas terras se caracterizam como sendo resultado de um processo dinâmico. De um lado estariam os dominantes, procurando o "*controle do espaço*" e o "*controle dos homens*". Estes processos de controle resultariam, de modo evidente, em mecanismos de "*seleção*" que culminariam, em contrapartida, com a produção social da "*exclusão*".

De outro lado, a partir dos diferentes "*espaços sociais*" de conflitos - pelo controle do espaço, pelo controle dos homens, pela inclusão nos critérios seletivos, pela elaboração de novos critérios ou contra o arbítrio da exclusão socialmente produzida, pode ter-se todo um conjunto de lutas sociais que acabam por explicitar um "*projeto camponês*", necessariamente histórico e em luta com as classes agrárias que lhes são oponentes: latifúndios e moderno empresariado agrícola.

Por conseguinte, elaborou-se a seguinte hipótese de estudo: os Assentamentos do INCRA implantados em Rondônia não são projetos de Reforma Agrária; São incubadoras de latifúndios na medida em que os minifúndios se transformam em grandes fazendas com a conivência dos gestores públicos.

Esta hipótese constitui o roteiro de nossa pesquisa, concentrada na seguinte questão: **É significativo que com o processo de colonização agrícola em Rondônia iniciado em 1970, houve uma reconfiguração de sua estrutura**

fundiária. Onde a pequena propriedade passou a ter importância na composição da malha fundiária do Estado. Contudo nossa tese é que os projetos de assentamentos do INCRA estão promovendo uma reconcentração significativa da terra.

O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO - O TRABALHO DE CAMPO

A técnica da amostragem, com a aplicação de questionário com perguntas fechadas, aparentemente se apresenta como sendo a mais adequada para se obter dados objetivos. Porém, os valores culturais e emoções ficariam escamoteados nos dados estatísticos. No entanto, não negligenciamos a utilização de série estatística de fontes primárias e secundárias no sentido de complementar informações.

A primeira fonte para examinar este problema de pesquisa é resultado de um longo trabalho de campo nas áreas de colonização agrícola em Rondônia, iniciado em 1987 quando se estagiou no projeto de pesquisa "*Estudo sócio-econômico dos projetos de assentamento oficial de Rondônia*" da Universidade Federal de Rondônia, e em um segundo momento, no período de 1991 a 1993, em trabalho de campo para realizar pesquisa do mestrado junto à Universidade de São Paulo, e, por último, para desenvolver tese de doutoramento, também junto à Universidade de São Paulo, no período de 1996 a 1997.

Vale salientar que, neste último estágio no campo, visitaram-se mais de quarenta projetos de assentamentos

oficiais de um extremo a outro do Estado, onde teve-se oportunidade de entrevistar colonos, administradores e técnicos do INCRA, prefeitos, *'líderes de linha'*, líderes do movimento dos sem terras, líderes de sindicatos.

Visitou-se lugar que jamais pensou que existisse, onde teve-se a oportunidade de observar as reais condições das estradas vicinais, os lotes dos colonos, as serrarias clandestinas, a produção dos pequenos agricultores sendo extraviada no meio do roçado por falta de meios para escoá-la, o processo produtivo dos colonos e sua organização.

Contudo, o projeto que se concentrou a pesquisa de campo foi o Projeto de Assentamento Vale do Jamari, que se situa a setenta e cinco quilômetros de Porto Velho, o motivo de sua escolha diz respeito ao fato de ser um marco importante no conjunto dos projetos de "reforma agrária" do INCRA no Estado de Rondônia.

Na década de setenta o INCRA iniciou os trabalhos de regularização fundiária na Amazônia Legal. Para tanto era necessário que os ditos proprietários abdicassem de seus direitos em favor da União e apresentarem-se como pretendente da área abdicada.

O senhor Salim Felício, acionista da Empresa Itamarati do Mato Grosso do Sul, no ano de 1982 abdicou e ao mesmo tempo requereu uma pretensão de 33.000 hectares para a Empresa Agropecuária Santa Júlia, com sede em Belém do Pará e outra de 20.000 hectares em nome de seus familiares. Note-se que só nessa transação este latifundiário procurou grilar mais 3.000 hectares tudo dentro da legislação.

Para Cemin (1992) a primeira tentativa para ocupar a área pretendida pela Agropecuária Santa Júlia, ocorreu em agosto de 1984. Naquela ocasião, quatro colonos se deslocaram do município de Jaru e instalaram-se a 21 km da fazenda, construindo barracos precários e pequenas roças coletivas.

Em dezembro de 1984, nesta ocasião já haviam quatorze colonos, o capataz da fazenda juntamente com seus jagunços assassinaram um Colono Chamado João Nunes Bragança com mais de sessenta tiros. O clima que se instalou na região pode de certa forma ser compreendido pelo que noticiou o Jornal O Estadão (1985)

“O Mengele de Santa Júlia. Só que a ossada é de uma das vítimas dos carrascos que estão dizimando posseiros e garimpeiros no interior do Estado. Duas ossadas chegaram ao IML. Possivelmente de posseiros, mortos e incinerados pelos jagunços que estão infestando a fazenda Santa Júlia, a 70 quilômetro da Capital, na BR 364. São a prova do clima de terror que impera na região...”

Ou com outra machete do mesmo jornal “Caso Santa Júlia: Diretor Geral pode ser indiciado”

“O diretor-geral da Polícia Civil, Paulo Moraes poderá ser indiciado como implicado na morte do braçal Expedito Gonçalves, acontecida em agosto na Fazenda Santa Júlia, onde a Polícia realizava uma operação para apurar denúncia de um cemitério clandestino. A informação foi prestada ontem no Fórum Rui Barbosa pelo promotor Homero Sheidt que esclareceu: Isso tudo depende do Inquérito que atualmente está na Delegacia de Homicídios.

Como o delegado de Homicídios Francisco Matos é um subordinado do diretor-geral Paulo Moraes, é pouco provável que decida pela indicição deste.” (O Estadão 1985:02)

Como se vê a violência do Estado esteve presente em diferentes momentos e sob várias formas. Seja na prática da violência diretamente praticado, por agentes policiais, seja a violência causada por jagunços da fazenda, com a ação protetora dos policiais.

De 1984, até o seu término em 1986, o movimento Santa Júlia recriou diferentes formas de luta. Da resistência armada aos acampamentos. Da denúncia pública ao seqüestro de um Superintendente do INCRA. Da ocupação armada da sede do INCRA ao contato direto com o Ministro da Reforma Agrária - Nelson Ribeiro.

Passando por todo esse conflito é que dos 49.489 hectares de terras conquistado pelo movimento, a maior parte foi desapropriação por “interesse social” e 10.000 hectares foi o resultado de um acordo entre o INCRA e a Agropecuária Santa Júlia.

Ademais, em agosto de 1986 foi dado início o processo de assentamento dos colonos no PA Vale do Jamari, em lotes de 45 hectares, com previsão de assentamento de 1.068 famílias de colonos. Segundo o INCRA foi assentado efetivamente 1081 famílias.

Por conseguinte a pesquisa de campo para verificação do fenômeno da Reconcentração fundiária se deu no PA Vale do Jamari, por entender que passados 12 anos de assentamento é significativo para demonstrar o resultado da política do INCRA no que diz respeito a esta questão.

A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo forneceu elementos substanciais para redefinir o fio condutor da análise, bem como a sua abrangência, tomando-se o cuidado para não abstrair de tal forma o contexto social, de modo que fosse fiel à realidade. Pois, como diz Cemin (1992:29)

“ao observador que percorre uma linha de colonização, é fácil deixar-se enganar pela solidez retilínea de sua figuração geométrica, reforçada pela monotonia e homogeneidade do verde que se repete, sugerindo uma aparência de estabilidade”.

Contudo, o pesquisador que chega aos lotes dos colonos, ao ver e ouvir sua história de vida com todas as suas vicissitudes, pode envolver-se e perceber o conteúdo e a dinâmica que se processa com toda carga de heterogeneidade das diversas condições individuais dos sujeitos.

Portanto, reconstruíram-se histórias de vida dos colonos, através de entrevista em profundidade registradas em fitas

cassete, e, fundamentalmente, observou-se e participou-se do cotidiano dos colonos nos projetos de assentamentos e fora deles - nas cidades; também utilizamos o registro em caderno de campo.

Assim, pretendeu-se pesquisar a ocorrência da concentração fundiária no Projeto vale do Jamari. Além das entrevistas em profundidades com os colonos, foi realizado um censo totalizando 372 beneficiários do projeto com 992 lotes, os 89 lotes restante foram inundados pelo lago da represa de Samuel.

A equipe composta para empreender o censo foi de 12 alunos da Universidade Federal de Rondônia, dos cursos de Geografia, História, Direito e Pedagogia, coordenado por uma engenheira agrônoma da EMATER e a supervisão de todo o processo foi executado por este autor.

Para a atividade específica do censo foram necessários 20 dias da equipe em campo para a sua realização, subdividida em três equipes, com aparato de três carros, bicicletas e cavalos.

Estas foram as fontes mais significativas deste trabalho, as análises estarão sendo efetuadas em capítulos posteriores.

METODOLOGIA APLICADA AOS INDICADORES DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA

O acompanhamento do nível de bem-estar social de uma sociedade constitui uma preocupação recente do planejamento social. Tal distorção, em relação a esse retardamento, se deveu a um erro de perspectiva que encarou o

desenvolvimento social como uma consequência natural do desenvolvimento econômico. Nessa circunstância o planejamento social teve um caráter secundário, onde sua importância, relativa e pequena, era ditada pelas pressões do setor econômico gerados no momento, e os fatos sociais eram encarados apenas como acessórios, até o ponto de não constituírem um estrangulamento ao desenvolvimento econômico.

O pesquisador não familiarizado com a teoria estatística certamente encontrará problema no amplo campo dos números índices, pois se a escolha é verdadeira, não menos real é a dificuldade operacional de comporem-se as estatísticas sociais no Brasil para o estabelecimento de um número índice representativo que possa representar a concentração fundiária.

Assim, utilizam-se normalmente os índices de GINI, THEIL e ATKINSON para verificação do grau de concentração da terra. Para efeito deste trabalho serão utilizados os dados secundários e os montados a partir dos trabalhos de campo e posteriormente aplicado ao índice de GINI, por entender que este é o mais usual possibilitando assim análises comparativas com outros estudos sobre o assunto.

Parte-se do pressuposto que o índice de Gini é apenas uma medida de desigualdade da distribuição. Assim, considera-se importante analisar também, mais de uma medida de tendência central calculando tanto a área média como a área mediana dos estabelecimentos.

Os dados para levantar a tendência da estrutura fundiária em Rondônia foram os extraídos do recadramento do

INCRA/92 e do censo agropecuário do IBGE. Vale salientar que a metodologia adotados nas duas estatísticas são diferenciados.¹

O índice de GINI apresenta a seguinte classificação:

QUADRO 1: ESCALA DO ÍNDICE DE GINI

ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO
até 0,100	nula
0,101 a 0,250	fraca
0,251 a 0,500	média
0,501 a 0,700	forte
0,701 a 0,900	muito forte
acima de 0,900	muito forte, tendendo a absoluta

¹ O censo tem por referência o estabelecimento agropecuário, que é considerado com todo o terreno da área contínua, independente do tamanho ou situação (rural ou urbana), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária. Por outro lado, o INCRA considera o imóvel rural, a propriedade rural, que é definido pela lei 8629/93 como sendo o prédio rústico de área contínua, que se destine ou possa se destinar a exploração agropecuária, extração vegetal, florestal e agro-industrial. O censo prevê coleta de informações no local da produção; o recadastramento têm caráter declaratório.

INTERPRETANDO A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA NOS ANOS NOVENTA

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO PÓS SESSENTA E QUATRO

A ocupação parte de pressuposto do que não é ocupado: ocupar significa revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeito, aquela poção do território que não é habitada. Na medida em que não há sujeito, por essa lógica, se arvora todos os direitos: o que ocupa o território se acha "dono", pois revela o que não existia.

Essa idéia que chamamos aqui de ocupação, poderíamos remontá-la a formação do pensamento geopolítico brasileiro, sobretudo na sua vertente militar: segundo Oliveira (1994:04)

"gradativamente, a Amazônia vai ganhando importância como uma área a ser defendida, o que só seria politicamente viável a partir de um forte entrelaçamento entre os interessados na área e o Estado brasileiro; traduzindo, era preciso que valesse a pena defender a soberania brasileira sobre o território. Ora famílias isoladas na selva, que nem sequer utilizavam a moeda brasileira em suas transações econômicas, estas baseadas no sistema de *aviamento*; nações indígenas com culturas próprias, sistemas axiológicos radicalmente diferentes dos grupos predominantes nas demais regiões do país, relações sociais regidas por temporalidades totalmente diferentes. (...) Deve-se lembrar que os receios relativos à cobiça internacional sobre a Amazônia datam do século passado, desde a questão da abertura do Amazonas à navegação internacional, em 1853: as supostas ameaças basear-se-iam no pouco aproveitamento produtivo da imensa área Amazônica".

Por isso na concepção dos geopolíticos, e sobretudo Golbery (1978) no seu livro *Geopolítica do Brasil*, seria fundamental transformar a fronteira amazônica numa fronteira viva, ou seja, dinâmica, produtiva, inserida no mercado.

Ademais o Estado brasileiro dá início a Doutrina de Segurança Nacional, cuja a concepção de *inimigo interno*, porém não excluía o problema da rarefação demográfica e econômica da Região Amazônica. É engendrado, assim, de acordo com essa diretriz, construir estradas, levar população através de colonização agrícola sistemática, ocupar a Amazônia. Desta maneira esvazia-se os espaços ocupados para por em prática a doutrina da segurança interna do País.

A síntese da política autoritária pode ser resumida em ocupar as fronteiras, vulneráveis tanto pela sua baixa densidade demográfica quanto por estarem habitadas por indígenas, que segundo a nossa Constituição Federal, são relativamente incapazes, ou seja não são cidadãos.

Toda essa engenharia social e política de ocupar as fronteiras tornou-se viável por uma ação conjunta de diplomacia política e militar, com forte inspirações nas práticas do barão do Rio Branco. Sua síntese é evidenciada com o Pacto Amazônico, de que o Projeto Calha Norte é uma faceta.

Desta maneira seria necessário abrir estradas e implantar projetos de colonização agrícola como sendo uma condição primordial para o controle das fronteiras. A recusa deliberada à demarcação das terras indígenas é constitutiva dessa política de fronteiras, porque o "*efeito ianomami*" denuncia precisamente o receio à supranacionalidade desta (Brasil e Venezuela) e de outras nações indígenas. Isto porque a efetivação da supranacionalidade ianomami significaria pôr em xeque o Estado-Nação brasileiro e seus vizinhos que compõem o Pacto Amazônico.

Assim, a ocupação da Amazônia se deu por dois motivos principais, dentre outros: um de acumulação, outro de legitimação. Ou seja, a ocupação foi levada a efeito tendo como princípio a expectativa de solução completa e definitiva para os problemas de tensão social na periferia das grandes cidades do país, bem como, serviria para concretizar a predominância geopolítica do Brasil na América do Sul. Segundo Becker & Egler

com a ocupação territorial, desta vez numa escala gigantesca e num ritmo novamente acelerado, esperava-se sustentar a via da modernização autoritária. Ajudaria a evitar uma reforma agrária - necessária face à modernização da agricultura e a resultante liberação de mão-de-obra - deslocando os pequenos produtores para o interior e encorajando as migrações de áreas de tensões sociais, particularmente do Nordeste e das grandes metrópoles; asseguraria, também, a reprodução dos latifúndios. Becker & Egler (1994:150)

Também a ocupação da Amazônia daria um sentido de posse com a presença de intensa atividade econômica, sendo a colonização o fio condutor desse processo. Desta maneira o sentimento de brasilidade sobre a região, enquanto símbolo da construção de um projeto nacional, era posto em evidência.

Neste sentido o discurso do presidente General Emílio Garrastazu Médici é sintetizador do projeto geopolítico do Estado brasileiro para a região Amazônica pós sessenta e quatro.

Quero dizer que o problema inicial da Amazônia é conhecê-la de verdade. E que para conhecê-la, como é preciso, impõe-se torná-la mais próxima e mais aberta, para se poder povoá-la. Assim, a política do meu Governo na Amazônia está voltada prioritariamente para a realização de um gigantesco esforço de integração, no duplo objetivo da descoberta e da humanização.

Somente quem testemunhou no nordeste a caminhada de milhões de brasileiros sem terra e, agora, vem à Amazônia contemplar essa paisagem de milhões de hectares ainda desaproveitados, pode sentir, em toda sua crueza, o quadro vivo de nossa luta pelo desenvolvimento.

Não posso falar à Amazônia sem pensar no Brasil integrado. Tenho bem presente o espetáculo de 30 milhões de nordestinos, que vivem em torno de núcleos esparsos de produção agrícola e industrial, produzindo e consumindo menos de 15 por cento da renda interna.

Constato que, por falta de uma infra-estrutura econômica e social adequada, esses brasileiros não se encaminham para as áreas desocupadas do país, que estão a espera de braços para construir novos pólos de prosperidade e riqueza. Conheço todo o drama de sua migração para o Centro-Sul, agravando as aglomerações marginalizadas das favelas.

E no entanto, a Amazônia, mais da metade do território nacional, poderia absorver muito mais do que toda a população atual do Brasil (Médici, 1970).

Mandavam nordestinos, de avião, para casas recém construídas, dentro dos padrões elaborados por burocratas de Brasília, e houve até um prêmio de arquitetura rural da Amazônia, doado pelos Estados Unidos. (Valverde, 1993:137).

Por meio do Programa de Integração Nacional (PIN, 1970), o governo federal assumiu o processo de ocupação massiva da Amazônia. E as bases da estratégia deste programa estavam bastante presentes no discurso do Presidente Médici, consubstanciadas nas políticas do Estado autoritário brasileiro que consistia em, segundo Amaral (1994:43):

a) deslocar as fronteiras econômicas através da atividade agrícola até o Rio Amazonas;

b) integrar a estratégia de ocupação da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, procurando assim alternativas de desenvolvimento para ambas as regiões;

c) remanejar mão-de-obra do Nordeste para a Amazônia, evitando o seu deslocamento no sentido das grandes áreas urbanas do Centro-Sul; e,

d) criar as condições para a incorporação da Amazônia à economia de mercado, envolvendo amplas faixas de população anteriormente dissolvidas na economia de subsistência, condenadas à estagnação tecnológica.

Um instrumento, bastante útil nesse processo consubstanciada na política de “integrar para não entregar”, foi o Projeto Rondon, que visava levar conhecimentos técnicos aos mais distantes rincões do Brasil por meio de um considerável número de universitários, que tinham a oportunidade de tratar dente furado, barriga d’água, verminoses, e outras mazelas do País.

No caso amazônico, já não se podia utilizar o velho esquema pombalino de ocupação das fronteiras. Como foi o caso no Sul do Brasil, onde utilizou-se dos “mitológicos” casais de açorianos para ganhar partido de litígio com a Coroa Espanhola. Agora seria necessário para “integrar” recorrer a técnica de ocupar utilizando-se do povoamento por interesse. Assim, a Zona Franca de Manaus e os demais projetos de desenvolvimentos, patrocinados pela SUDAM, são implantados configurando-se como um processo de ocupação por interesses do capital industrial presente no Centro Sul do País.

Segundo Oliveira (1994:07) com relação a atuação do Estado Brasileiro na Amazônia, ela é autoritária pelo caráter da política de intervenção.

“É claro que a natureza do regime militar tem uma enorme importância na definição da convergência da geopolítica com a doutrina da segurança nacional. Mas regimes formalmente democráticos não são insensíveis a esse canto de sereia, como mais tarde a iniciativa de Governo Sarney, com o projeto Calha Norte, viria a provar. O problema concreto é de se o Estado brasileiro quer renunciar à exploração das riquezas da Amazônia, que lhe fornece os meios de uma nova inserção na expansão capitalista contemporânea. Se quer e se tem os meios para tanto, controlando a bestial exploração humana e a colossal depredação ambiental a que sua estratégia abriu as portas.”

Esta tem sido a lógica no processo de desenvolvimento e da expansão das relações capitalistas na região Amazônica. Essas metas seriam alcançadas através da expansão da área de colonização em terras pertencentes ao Ministério da Agricultura - INCRA, Estados e outros órgãos governamentais. Para tanto, já tinham ocorrido modificações substanciais nos dois organismos que se constituiriam no suporte institucional da implementação desse programa na Amazônia: SUDAM e o BASA.

Desta maneira, segundo Becker & Egler

“a implantação de grandes redes transversais, para a integração espacial - rodoviária, urbana, de comunicações e hidrelétrica - recortou a floresta que recobre a região, expondo a fabulosa riqueza do seu sub-solo. Foram construídos cerca de 12.000 km de estradas em menos de cinco anos, e um sistema de comunicações em microondas (tropodifusão) de 5.110 km em menos de três anos.” Becker & Egler (1994:150)

A estratégia do governo federal consistia em criar novos *territórios* superpostos aos dos Estados, onde exerceria jurisdição. Incrementou subsídios aos fluxos de capital, privilegiando a apropriação privada da terra por grupos econômicos ligados a projetos agropecuários ou agrominerais,

e ao mesmo tempo induziu fluxos migratórios intensivos viabilizando a ocupação das áreas que circundavam a borda sul-oriental da floresta Amazônica.

Desta maneira, os governos militares incorporaram a Amazônia à economia de mercado, dominada pelo grande capital nacional e multinacional, ficando o ônus dessa política para a população local: índios, ribeirinhos, posseiros e pequenos proprietários (conforme quadro a seguir).

QUADRO 2

POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA PÓS 1964

POLÍTICA	PRINCIPAIS BENEFICIADOS	OS EXCLUÍDOS	RESULTADO DESFAVORÁVEL EM TODOS OS PROJETOS PARA
antecedente-Surto da borracha	Indústrias de automóveis e de artefatos de borracha	Seringueiros Seringalistas Casas Aviadoras	Recursos públicos Contribuinte Meio Ambiente
Colonização e eixos rodoviários	Firmas de construção rodoviária e "colonizadoras"	Colonos Posseiros Índios seringueiros	
Projetos pecuários	Grandes empresas do Sudeste e Transnacionais	Peões (escravos); Posseiros; Pequenos Proprietários; Índios e seringueiros	
Projetos Hidroelétricos	Multinacionais do alumínio e firmas de construção civil	Índios Peões Colonos	
Projetos de mineração e garimpo	Grandes empresas (nacionais) e multinacionais; falsos líderes e intermediários; narcotraficantes	Índios Garimpeiros Ribeirinhos	
Projetos madeireiros	Grandes empresas nacionais e multinacionais; fábricas de móveis	Índios colonos Posseiros	
Incentivos fiscais	Empresas nacionais e multinacionais;	Índios; posseiros e trabalhadores rurais	
Projetos siderúrgicos	Guseiros; empreiteiros de carvão vegetal e de lenha; grandes siderúrgicas estrangeiras	Posseiros Pequenos propr. Índios	

FONTE: Baseado em Valverde 1993

Os Grandes projetos fazem parte da estratégia da ocupação da Amazônia e trazem consigo profundas implicações nas questões fundiárias e nas queimadas frenéticas da floresta. Os incentivos fiscais estimulados pelos

governos militares foram responsáveis por graves problemas, como a descontrolada implantação de fazendas de gado.

Diziam então os governos militares que esses projetos, implantados na Amazônia, iriam gerar empregos e trazer tecnologia estrangeira. Segundo Valverde (1993:140) fez-se questão de conhecer a tecnologia da pecuária, presumivelmente vinda da Itália, do projeto agropecuário da multinacional Liquifarma com sede em Brindisi: o diretor-administrativo era mineiro de Araguari, e o diretor-técnico era também mineiro de Uberaba, os peões foram trabalhar como escravos, como foi denunciado em entrevista do professor José de Souza Martins, concedida ao Jornal do Brasil. Lamentavelmente, ainda hoje, existe neste País trabalho escravo, pois nada mais é que um escravo o indivíduo submetido a trabalho compulsório e gratuito.

Assim, as pastagens na Amazônia são incontáveis graças a esses projetos agropecuários, que de "agro" só têm o nome, porque ali nunca se plantou um único grão, mas neles soltaram algumas cabeças de gado. Outros nem sequer foram pastejados; serviram apenas para que seus proprietários se beneficiassem dos incentivos fiscais, já que a derrubada de uma área de 50 hectares de floresta nativa e sua transformação em pastos eram consideradas como uma benfeitoria. Portanto, davam o direito ao título de posse e o de usar os incentivos do Dec. 157, concedendo facilidades de crédito pela SUDAM. Por conseguinte, o contribuinte brasileiro pagou a destruição atual da Amazônia, através desses mecanismos.

O que agravavam ainda mais esse processo eram os métodos utilizados pelos fazendeiros na derrubada da floresta: utilizavam trabalhadores rurais excluídos dos programas de colonização agrícola para derrubarem uma determinada área e plantar, durante um ano, lavoura temporária. Era expressamente proibido o cultivo de culturas perenes, se o pequeno agricultor quisesse continuar plantando nas terras dos fazendeiros, teriam que transformar a área derrubada no ano anterior em pastagens e derrubar uma outra área de floresta. Com isso, tinha-se uma área derrubada, transformada em pastos e apta para obter recursos subsidiados do governo com custo zero para o proprietário do latifúndio.

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

O processo de colonização das novas terras, sem dúvida um elemento importante da história do Brasil contemporâneo, merece uma análise que vá além dos fatores técnicos. É indispensável levar-se em consideração, ao estudá-lo, a sua totalidade enquanto processo social (Amaral, 1994).

Entende-se que a colonização agrícola de novas terras tem sido a forma institucional de expansão das relações capitalistas na Amazônia. É sintomático, entretanto, que o processo de colonização não ocorra isoladamente. Ele é a "*franja*" de um sistema no qual está inserido. Segundo Hébette e Acevedo (1979:152), a colonização

"se manifesta como instrumento ideológico a serviço de interesses não declarados, que não têm nada em comum com os interesses dos colonos, e que despontam de meios e ambientes bem distantes da área de colonização."

No Brasil, a forma de incorporação de novas terras ao processo produtivo (agrícola e industrial), foi empreendida sem tocar na estrutura fundiária preestabelecida, que quase sempre, constitui a base do poder dos grupos dominantes locais. E sempre usando como recurso a colonização agrícola.

Os pressupostos para incorporar a estrutura territorial à ótica da industrialização estava presente no I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972-74), e no II PND (1975-79), que vai consolidar a ordenação territorial conforme a concepção do projeto geopolítico brasileiro.

Assim, ao mesmo tempo, às políticas de integração do território brasileiro corresponderam ações para completar a incorporação da Amazônia ao centro-sul do país; modernizar e expandir a economia local articulando com a nacional e internacional; alastrar o controle do Estado a todas as atividades e a todos os lugares. Simultaneamente, estas políticas objetivavam a legitimação do Estado. De acordo com Becker & Egler

novamente, enfatizou-se a idéia de fortalecer a pátria, sendo o Estado-Nação amplamente divulgado pela mídia; novamente, a integração do território foi usada como recurso simbólico para a construção do 'Grande Brasil' e, neste contexto, a ocupação da Amazônia tornou-se prioritária. (1994:144).

Ou seja, o conjunto destas políticas visava a remoção dos obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista hodierna.

É neste contexto que, a partir de 1970, o Estado Brasileiro, utilizando-se de estratégias geopolíticas, procura assegurar e controlar o domínio do espaço, através das políticas públicas de

ocupação do território, por intermédio de órgãos federais, a exemplo do INCRA. A propósito, conforme Hébette & Acevedo

o INCRA é investido de poder nunca visto num projeto de colonização, que fizeram dele, como se comentou, um Estado dentro do Estado. Isto é: o INCRA tornou-se objetivamente um instrumento à disposição das classes dominantes, numa região onde a crescente penetração de posseiros ameaça seus atuais e potenciais interesses. Não passa de um instrumento de controle, à imagem e semelhança do Estado autoritário do qual emana. (1979:165)

Na prática estas políticas representaram a criação de novos territórios superpostos à divisão política administrativa de então, geridos por instituições estatais, como foi o caso do INCRA, para as quais foram direcionados os investimentos.

No período de 1973 a 1985, o Estado de Rondônia recebeu algo em torno de cento e dez mil famílias de migrantes que lutavam para adquirir um lote de terra nos projetos de colonização agrícola do INCRA. Contudo, desse total somente trinta mil conseguiram acesso à terra através do INCRA (Minc, 1985:41).

A lógica da política de assentamento continua no mesmo sentido, e, como resultado, os assentamentos não conseguem efetivamente acompanhar a dinâmica da vida social em Rondônia. Então a colonização oficial foi um fracasso? Absolutamente; ela tem cumprido muito bem o seu papel, neste processo de ocupação e integração da região Amazônica à economia capitalista.

RONDÔNIA NO CONTEXTO

Em resposta à dinâmica social e à intervenção estatal, os fluxos do capital e do trabalho foram impressionantes, transformando completamente a estrutura regional. Para Becker & Egler (1994:153) *baseada em grandes fluxos de trabalhadores, a urbanização associada à difusão dos valores sociais urbanos reproduziu as desigualdades sociais do país ao nível sub-regional e local, ampliando o potencial de conflito.*

Em Rondônia, a dimensão rural e urbana é constituída simultaneamente; não se pode classificar como um processo de hiperurbanização, mas que se pode denominar de um urbano das áreas de expansão de fronteira. O que se evidencia é uma tentativa de criar um espaço rural e urbano ao mesmo tempo; o Estado, no entanto, através de suas diversas agências, não consegue efetivamente estruturar os dois espaços.

O espaço rural apresenta-se como objeto de especulação fundiária e efetivamente não consegue absorver a massa de migrantes e muito menos produzir alimento para abastecer o mercado regional. Tal fato implica diretamente no crescimento das cidades de Rondônia de forma desordenada.

Ao mesmo tempo o espaço urbano apresenta-se caótico e lugar de concentração dos excluídos da terra. Os Núcleos Urbanos de Apoio Rural -NUAR, já surgiam como uma grande "favela" no meio da floresta nos projetos de colonização, lugar onde as pessoas ficam aguardando serviço e terra para trabalhar. Os diversos núcleos urbanos que não evoluem à

condição de cidade mantêm-se como núcleos de excluídos, lugar de pobreza, lugar dos expropriados da terra.

O processo de colonização não se deu somente no espaço rural, mas também simultaneamente no espaço urbano. O Estado surge, então como acentuador e magnificador das contradições sociais; na verdade produz um espaço urbano de populações empobrecidas e efetivamente não consegue estruturar o espaço rural (Amaral, 1994). A incapacidade das políticas públicas de criar as condições necessárias para a fixação efetiva do homem no meio rural expressa seu caráter de agente colonizador das cidades.

A COLONIZAÇÃO COMO POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL

O papel do Estado é ressaltado como "*maestro*" dos conflitos e dos processos sociais emergentes. Ele exerce funções normativas na acumulação e na legitimação, e age como "*fio condutor*" dos processos sociais. Intervém diretamente em várias escalas espaciais, participando de sua elaboração e transformações, estimulando diversos fluxos, aliviando tensões sociais localizadas e combatendo frontalmente outros movimentos.

O Estado atua nos conjuntos espaciais em diferentes escalas, articulando sua ação desde o nível internacional até o local, participando ativamente nas transformações espaciais, e sua presença também é relevante junto aos conflitos sociais, sendo que, a cada nível, sua ação é permeada e sofre a influência dos agentes e grupos sociais em presença, segundo sua força relativa.

O Estado de Rondônia integra o espaço periférico em termos dos processos nacional e regional de desenvolvimento, na medida em que seu desenvolvimento ainda depende de estímulos externos. Apesar dos principais indicadores econômicos e demográficos, sua base produtiva é modesta em relação à nacional e regional, sendo o Estado extremamente dependente das flutuações exógenas, inclusive para a realização de investimentos.

Note-se que o Estado mantém estreita dependência não apenas dos movimentos econômicos nacional e internacional,

destino de sua produção, mas também do Governo Federal, fonte dos recursos que viabilizam a operacionalização das políticas públicas.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

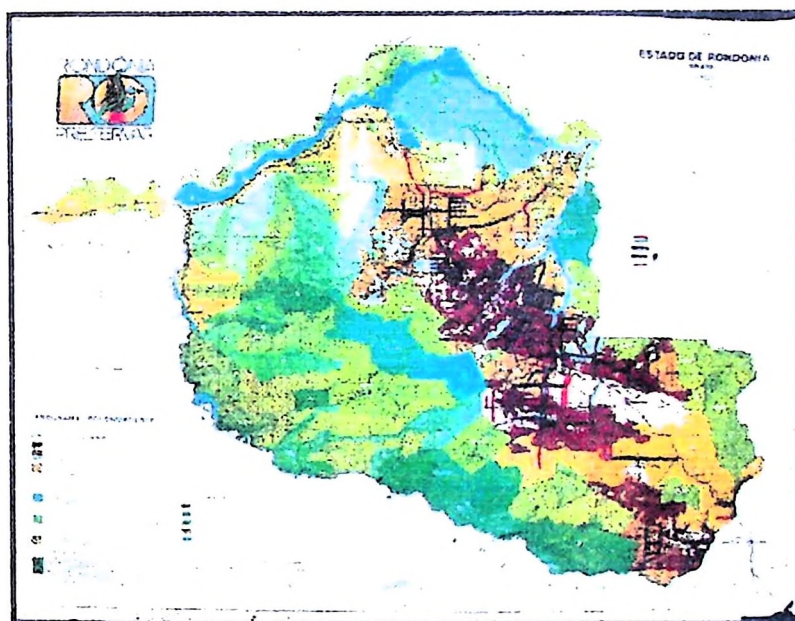


Foto e Digitalização: Januario Amaral

No início da década de oitenta o Governo Federal cria o primeiro grande programa de gestão de políticas que modificou radicalmente a economia, a infra-estrutura, a ocupação. Segundo Rocha (1996:02)

“o Governo Federal preocupado com a ocupação desordenada da região, e constatando a pouca capacidade dos governos estaduais em fazer frente a necessidade de apoio sócio-econômico à população que chegava, resolveu criar o POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil, que tinha como objetivo a maior integração nacional, através de projetos de pavimentação de rodovias, como a BR 364, projetos de infra-estrutura, facilitando o escoamento da produção, interiorizando e descentralizando os serviços públicos.”

Assim, foi implantado em Rondônia, no começo da década de oitenta, o Programa Polonoroeste, que destinou recursos para a pavimentação da Rodovia BR 364 - Cuiabá/Porto Velho, e para a implantação de vários projetos de colonização. Programa que envolveu recursos da ordem de U\$ 1,6 bilhões entre investimentos federais e do Banco Mundial.

Como consequência o processo de destruição da natureza que se processou em Rondônia como resultado direto das ações do POLONOROESTE, além do POLAMAZÔNIA, levou a uma série de críticas a nível nacional e internacional. Assim, o Governo Estadual procurou fazer uma correção de rumo ao Polonoroeste, na tentativa de buscar maneira de ordenar as atividades econômicas e o processo de ocupação, incorporou concepções de Zoneamento Sócio-econômico e ecológico, porém sem efeitos concretos imediatos no âmbito do Polonoroeste.

No ano de 1986, foi dado início a um grupo de trabalho de técnicos do Estado com consultoria da FAO, para a preparação de um plano de gerenciamento dos recursos naturais, tendo como princípio a sustentabilidade dos recursos naturais às gerações futuras, sendo posteriormente chamado de Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - Planaflo, efetivado somente no início da década de noventa.

Suas causas e implicações revelam dimensões políticas, econômicas, institucionais, sociais e culturais, e seus efeitos transcendem as fronteiras do Estado. Suas manifestações projetam-se por um lado, no âmbito ecológico, através do empobrecimento progressivo do patrimônio natural,

principalmente dos recursos florestais, pelo declínio da capacidade de recuperação dos ecossistemas, mas revelam também o caráter ecológico-político da situação de Rondônia, isto é, político-institucional, diretamente relacionados com os sistemas institucionais e de poder que regulam a propriedade, distribuição e uso dos recursos naturais.

Desta maneira o que iria nortear as políticas estatais para Rondônia seriam: primeiro, defender a manutenção da biodiversidade como estratégia de ocupação sócio-econômica, mas essencialmente com o compromisso de legar um ambiente saudável às gerações futuras; segundo, adotar uma visão de longo prazo, coerente com os parâmetros de sustentabilidade para a região, experimentando, validando e difundindo novos paradigmas de exploração agropecuária e florestal, com maior grau de sustentabilidade; e terceiro, adequar o sistema produtivo como um todo a uma política de conservação ambiental, para um melhor aproveitamento dos recursos naturais, conservando os ecossistemas produtivos, preservando e protegendo os ecossistemas frágeis, únicos e característicos, implantando medidas corretivas e inibidoras dos processos de desmatamento indiscriminado e de degradação existente, com vistas a se obter melhoria na qualidade de vida da população.

Outro aspecto a ser considerado, diz respeito aos setores mais dinâmicos da economia do Estado, que, segundo a FIERO (1995:69), em 1984, existiam em Rondônia, aproximadamente 690 indústrias; em 1994, o número de estabelecimentos industriais já somam 3.391 empresas,

representando um incremento da ordem de 491%, conforme demonstra a Tabela a seguir.

TABELA Nº 1

Principais segmentos industriais de RO em 1994

SEGMENTO	N. INDUSTRIAS	%
Madeira	937	26,63
Produtos alimentares	792	23,36
Construção	416	12,27
Metalurgia	248	7,32
Moveleira	234	6,91
Vestuário	141	4,16
Minerais não metálicos	122	3,58
Editorial e gráfica	76	2,25
Mecânica	51	1,58
Agropecuária	40	1,18
Couro	31	0,92
Outros	303	8,94
TOTAL	3.391	100

FONTE: FIERO 1995

As mudanças que marcaram o desenvolvimento do setor, neste período, estão diretamente relacionadas com o aumento da demanda dos mercados de outras regiões do país por matérias primas e ao crescimento populacional.

A composição industrial mais relevante está assim distribuída no ano de 1994, pelos seguintes segmentos: madeireiro: 26,63 %; produtos alimentícios: 23,36%; construção civil: 12,27%; e metalurgia: 7,32. Estas cifras chamam a atenção se considerarmos que as atividades de maior importância são justamente aquelas de baixo valor agregado, ou seja, o fornecimento de matérias primas vegetal, animal e mineral.

O madeireiro desponta atualmente como o principal seguimento na exploração dos recursos florestais, existindo

hoje em Rondônia mais de 900 indústrias primárias e mais de 200 moveleiras, consumindo anualmente mais de 2.200.000 metros cúbicos de madeiras. (Rocha, 1995:15)

Dentre todos os aspectos da pauta industrial, o relativo ao seu perfil tecnológico talvez seja o que mais diretamente possa gerar implicações especificamente ambientais, ou seja, capaz de interferir de algum modo na relação entre processo de desenvolvimento e meio ambiente em cenários de curto e médio prazo. O fato de que a produção industrial é significativamente sustentada por produtos de baixa intensidade tecnológica pode significar que o Estado persiste na exploração intensiva das suas tradicionais ***vantagens comparativas***.

Isto sugere também uma mudança na base tecnológica da economia do Estado, uma forte conjunção de mudanças internas e externas. No setor externo a imposição de exigências especificamente ambientais constitui fator poderoso que, a médio prazo, forçará as empresas e o governo a procurarem agregar valores crescentes aos produtos.

No setor interno, é fundamental combinar estratégias de incremento e flexibilização do patamar tecnológico do processo especificamente produtivo e que resultem em ganhos de produtividade com medidas de normalização e gestão dos assuntos ambientais, visando a proteção e a valorização do patrimônio natural de Rondônia.

Por conseguinte, o Zoneamento Ecológico e Econômico constitui um inegável instrumento para o ordenamento do Estado, para implantação de padrões de desenvolvimento

ambientalmente sustentáveis, e para a introdução de formas inovadoras, democráticas e descentralizadas de gestão do território de Rondônia.

O grande desafio a superar para a viabilização técnica e política do Zoneamento, entretanto, é representado sobretudo pela complexa operação de ajuste fino dessa concepção geral com um ambiente político e institucional em acelerado processo de mudanças estruturais. De modo geral, são mudanças que apontam para amplas possibilidades de convergências macro-estratégicas - o desenvolvimento sustentável como princípio, por exemplo, e, contraditoriamente, para intensos **movimentos de dispersão** no que toca à atuação concreta dos múltiplos atores em seus respectivos projetos políticos (crescentemente territorializados).

Sob esse aspecto, à reconhecida diversidade sócio-ambiental de Rondônia, soma-se a diversidade dos usos do território, por sua vez reveladora de redes mais ou menos articuladas de interesses públicos e privados que se expressam da escala mundial até a local. O acesso à informação, à crescente capitalização dos fluxos pelo avanço da rede de cidades, e sobretudo a consolidação de um novo tipo de gestão do território, em que idéias e práticas federativas enraízam na região o valor das autonomias, constituem fatos novos que excluem, *a priori*, tentativas de reproduzir velhas perspectivas sobre a região.

Uma dessas perspectivas em franca crise, mas que ainda possui alguma força interna e externa à região, é aquela que inclui a Amazônia, e por sua vez Rondônia, nos planos globais

e centralizados de desenvolvimento como um vasto celeiro de recursos naturais infinitos, capazes de sustentar parte importante do crescimento econômico nacional. Os efeitos práticos dessa visão (recursos naturais brutos valem hoje bem menos que no passado), aliados ao avanço da consciência ambiental que valoriza a região de outro modo, descartam-na como alternativa dominante na atual conjuntura.

Finalmente, verifica-se que em Rondônia, pelo que foi exposto anteriormente, a dinâmica da população e dos agentes políticos que compõem o Estado são bastante ágeis e eficientes em seus propósitos. O que implica, por parte dos órgãos de gestão estatal, que sejam eficientes e eficazes em suas ações na gestão de políticas territoriais que atendam as reivindicações dos diversos interesses, e conciliando com um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Este cenário é diferente daquele em que iniciou o processo de colonização agrícola em Rondônia na década de setenta. A tendência aponta para outras vertente que é a procura de uma economia sustentável.

Nestes vinte anos de colonização agrícola ensina que no mínimo deve haver correções da forma de assentamento de famílias de pequenos agricultores em ecossistema frágeis como o de Rondônia para suportar grandes impactos. Contudo a política do INCRA continua sendo a de desapropriar latifúndios para realizar assentamentos de pequenos agricultores.

MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Nas últimas décadas Rondônia sofreu um processo intensivo de ocupação resultante da migração massiva, principalmente de população rural, mas também urbana de outras regiões do país, proveniente preferencialmente das regiões Centro-Sul.

Houve uma concentração da população rural no centro do Estado, coincidindo com os projetos de colonização oficial do governo federal e também em áreas onde ocorrem solos com relativa fertilidade, propícios para a agricultura. O crescimento urbano tem sido rápido, evidenciando a limitada capacidade de absorção dos migrantes pelas "terras de trabalho" para garantir a sua reprodução, bem como resultante do êxodo rural causado por falta de políticas agrícolas que privilegie a permanência do pequeno produtor no campo.

TABELA Nº 2

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE RO DE 1970 A 1996

ANO	HABITANTES
1970	113.000
1980	491.000
1985	905.000
1991	1.132.692
1994	1.291.214*
1996	1.221.290**

FONTE: FIBE: Anuário estatístico; Censo demográfico 1991;
 *Estimativa com base nas projeções do DEI/CDE/ SEPLAN/RO, 1995;
 ** Censo demográfico 1996.

Conforme demonstra a tabela acima, no período que compreende a década de 1970 verificou-se um crescimento da ordem de 16% a.a.; no período de 1980 a 1985 o crescimento foi de 13% a.a.; e de 1985 a 1994 houve uma acentuada baixa

na taxa de crescimento, tanto em números absolutos quanto relativos. Essa queda na taxa de crescimento derrubou todas as projeções de aumento populacional de Rondônia realizadas na década de oitenta, para os anos seguintes.

Este fato acompanha a dinâmica da população nacional que teve uma redução surpreendente nos níveis de fecundidade, com conseqüências para o crescimento vegetativo da população. Segundo Becker & Egler (1994:171) o censo de 1980 revelou que a fecundidade caíra de forma drástica e generalizada em todo o País, tanto nas cidades como nas áreas rurais. Essa tendência se confirmou na década de oitenta; entre 1980 e 1984, o número médio de filhos de uma brasileira teria caído de 4,35 para 3,53, um declínio de 19%. Em conseqüência o ritmo de crescimento demográfico caiu de 2,5% para 1,8%.

Esse contexto, em si, não explica a dinâmica populacional de Rondônia neste período, pois ela também está relacionada diretamente com movimentos migratórios inter-regionais e regionais. A evidência empírica desse fato é consubstanciada pela:

- 1º - queda na taxa de migrante que chegou em Rondônia;
- 2º - migração dos chamados colonos retornados (que fazem o caminho de volta à suas regiões de onde migraram na perspectiva de obter terra para trabalhar);
- 3º - migração para outras zonas de expansão da fronteira, como é caso do Estado do Acre e do Amazonas; e,
- 4º - declínio da atividade garimpeira.

Este conjunto de situações pode ser relacionada ao fato de que as terras públicas disponíveis para assentamentos de colonos foram insuficientes para possibilitar acesso à terra, e, com isso, o INCRA e o ITERON tornaram-se órgãos incompetentes para resolver a questão da terra, passando a atuar apenas nas situações emergenciais, em detrimento de, efetivamente, implantar a reforma agrária no Estado.

Verifica-se uma migração acentuadamente forçada. A população está sendo obrigada a um “*caminhar*” contínuo em busca de melhores condições de vida. Por trás da decisão de migrar esconde-se sempre, um conjunto de condições concretas de vida que tornam tal opção uma consequência inevitável. Com relação aos “colonos retornados”, Tavares dos Santos (1989) é esclarecedor ao apontar, em sua pesquisa realizada junto aos movimentos de sem terras no Rio Grande do Sul, que os membros do movimento divulgavam panfletos contando a experiência vivenciada nos projetos de colonização em Rondônia e Mato Grosso, e por isso exigiam terra lá e recusavam terminantemente a possibilidade de irem para uma nova tentativa de obter a terra na Amazônia. Este fato tem uma importância do ponto de vista político, pois implica em novos rumos na luta pela terra no Centro-Sul do Brasil.

COLONIZAÇÃO E NATUREZA

Rondônia é importante basicamente como fonte de vida, pela cultura dos grupos e etnias que lá residem, por sua biodiversidade e seus recursos genéticos. Por essa razão, poderia servir como base de grande e diversificada indústria farmacêutica e de outras atividades econômicas compatíveis com a manutenção e o manejo racional das múltiplas formas de vida vegetal e animal.

E também Rondônia é importante pelos recursos hídricos, madeireiros e pela possibilidade de produzir quantidades substanciais de produtos tropicais e típicos da região como, por exemplo: polpas de frutas, cascas, resinas, óleos, essências etc.

O espaço político-econômico parece tender a incorporar definitivamente uma racionalidade ecológica nos procedimentos produtivos. Trata-se de uma unanimidade em escala mundial e nacional. Por conseguinte, o tratamento racional do meio ambiente é uma conquista da consciência científica e que, portanto, tem norteado as políticas estatais na década de noventa com mais seriedade.

Contudo nos dez últimos anos verifica-se, segundo AMARAL (1994:94), que no Estado de Rondônia ainda é mantida a derrubada da mata para uso intensivo das atividades relacionadas à agricultura, conforme exemplo da tabela V, no município de Machadinho D'Oeste.

TABELA Nº 3
NÚMERO DE ANOS QUE O PRODUTOR PLANTA CULTURA TEMPORÁRIA NA
MESMA ÁREA DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO

ANOS	Nº DE PRODUTORES	%
UM	19	10,74
DOIS	29	16,38
TRÊS	49	27,68
QUATRO	9	5,09
MAIS QUE QUATRO	30	16,95
NÃO RESPONDEU	41	23,16
TOTAL	177	100

FONTE: ECOPA 1994

A utilização da mesma área num espaço de tempo que apenas varia de três a cinco anos, uma vez que os solos não suportam atividades além deste período, e o agricultor não dispõe de tecnologias e recursos para recompor as propriedades dos mesmos, implica em uma utilização constante de novas áreas, para manter um certo nível de produtividade. Neste caso, o agricultor é obrigado a promover nova derrubada da floresta, restando-lhe a opção de abandono da antiga área, ou quando possível, convertê-la em pastos. Isso significa um aumento de gastos para a lavoura e um sobre-trabalho para manter a produtividade. Por seu turno, o pequeno agricultor dificilmente tem condições de promover uma recuperação da área degradada com recursos próprios, já que os insumos e defensivos agrícolas lhe são inacessíveis em virtude dos custos financeiros.

Com relação ao desmatamento, Fearnside afirma que os focos de derrubadas têm seu rápido crescimento devido a diferentes processos, dependendo da localidade em questão. Nas partes da região onde predominam grandes fazendas o

desmatamento ocorre principalmente como um meio de garantir as reivindicações de propriedade para propósitos especulativos. (1990:12)

Isto porque a posse da terra em Rondônia continua sendo efetivada através do desmatamento.

Nos projetos de colonização oficial implantados na década de setenta, verifica-se que existem unidades produtivas com mais de 85% da área derrubada, transformada em lavoura branca, pasto, cultura permanente e vegetação secundária. Grande parte desta área dificilmente é retornada para a prática agrícola, em virtude do solo não possuir mais suporte de fertilidade. Assim o pequeno produtor é obrigado a derrubar cada vez mais floresta para manter um certo nível de produção.



Digitalização: Januario Amaral

A necessidade de produzir mais alimento que o sustente e o mantenha na terra obriga o colono a derrubar mais floresta e a queimar, único meio disponível de trabalhar a

terra em meio à falta de equipamentos e insumos adequados. E vai repetindo esse processo a cada novo ano, de modo a garantir o seu sustento. Além do desmatamento, há a retirada da madeira de lei, como única garantia de abrir uma via de acesso precária entre o seu lote e a cidade, já que os madeireiros retiram a madeira em troca da abertura da estrada; Mas diga-se de passagem que o ganhador desse processo não é o colono, mas o dono da serraria. Ao colono restará uma floresta empobrecida, que aos poucos será derrubada também, e uma estrada em péssimas condições de uso. Se ele resistir às adversidades, ficará na terra, mas, se não resistir, está aí mais um pedaço de terra pronto para ser anexado a uma nova fazenda que estará sendo montada no âmbito do projeto. É uma lógica perversa para o colono e para a natureza.

O problema dos toreiros é por demais relevante nas



Foto: Revista Veja

áreas de assentamento, principalmente as mais recentes, para passar despercebido. Como já citamos, o dono do lote,

na necessidade de garantir acesso ao seu lote, troca a construção do acesso por toras de madeira, e os toreiros abrem as estradas para ter acesso ao lote, em busca das madeiras, sem nenhum princípio de engenharia, mas ao mesmo tempo, com suas cargas pesadas, destróem estas mesmas estradas, degenerando o potencial madeireiro da floresta. O INCRA, O IBAMA e a SEDAM têm ciência desse processo de extração de madeira, mas nada fazem para impedir.

Para que se tenha idéia da participação desse grupo nos assentamentos, observa-se a origem das madeiras que chegam às indústrias madeireiras no Município de Ariquemes:

TABELA Nº 4

Origem da Madeira utilizada pela industria medeira em Ariquemes 1994.

Origem das madeiras	%
Toreiro	50,0
Floresta própria	15,8
Toreiro e Floresta própria	15,8
Toreiro e compra floresta	10,5
Compra floresta	7,9
Total	100

Fonte: Berwanger da Silva (1994)

As madeiras têm suas razões para optarem pela compra da matéria-prima dos toreiros: primeiro é que estes depositam a madeira no pátio de suas indústrias; o segundo, que consideramos mais relevante, é a extração ilegal de madeira sem que os riscos da

operação recaia sobre as serrarias, sejam eles de caráter fiscal-ambiental ou trabalhistas. Desta maneira os custos da operação e a sua responsabilidade são assumidos pelos toreiros.

No PA Jatuarana ao perguntarmos, a um proprietário de serraria, porque os equipamentos de extração de madeira estavam parados, ele foi categórico ao afirmar que: “no período de maior oferta compro madeira de toreiro, e reservo a minha floresta para os momentos de escassez.” Assim, ao encontrarem dificuldades para obtenção de guias para extração de madeira junto ao IBAMA ou a SEDAM, aliado ao fato das estradas serem de difícil acesso, bem como, o período das chuvas na região amazônica, os empresários do setor madeireiro adquirem madeira ilegal dos toreiros a custos sócio-ambientais de recuperação praticamente impossível.

A IRRACIONALIDADE DOS ASSENTAMENTOS OFICIAIS

Com o desenrolar da pesquisa pelos assentamentos, principiaram as dificuldades do trabalho de campo. Já faziam parte do planejamento as dificuldades a serem enfrentadas pelas condições climáticas do verão chuvoso da Amazônia que enfrentou-se no período de novembro/96 a março/97, e as dificuldades de deslocamentos no interior dos projetos de assentamentos, em virtude das estradas de difícil acesso. No entanto, tais dificuldades foram ampliadas, já que em alguns dias as chuvas foram fortes e intermitentes, e as dificuldades de deslocamento foram bem maiores que as previstas - mesmo para um amazônida, uma vez que em alguns assentamentos não haviam estradas, nem boas, nem ruins, mas apenas picadas no meio da floresta, o que demandava muito mais tempo para cobrir pequenas distâncias.

Outras dificuldades, porém, foram se interpondo, como a não adequação entre o projeto real e o projeto apresentado nos mapas do INCRA, uma vez que estes apresentavam um traçado, quando na realidade os contornos e limites eram outros, normalmente diferentes e menores - de acordo com técnicos do próprio INCRA, isto se deve ao fato de os projetos terem sido implantados em áreas que conflitava com interesses de alguns deputados, senadores, prefeitos, empresários e outras pessoas de influência no Estado. E as informações verdadeiras dos contornos e limites eram

difíceis de serem conseguidas, pois os colonos também desconheciam esta situação.

Numa viagem ao Município de Jaru, visitou-se uma área do Projeto de Assentamento Colina Verde, e o motorista, que trabalha no INCRA há vinte anos, nunca tinha estado lá com os técnicos, e, no entanto, a área pertencia ao projeto, de acordo com informações dos assentados e confirmação do administrador do projeto, com base no memorial descritivo do assentamento. Presenciou-se o mesmo descontrole com relação à precisão dos dados quanto ao número de assentados e a situação real encontrada. Na verdade os números não correspondem, em todos os projetos, com os dados apresentados pelo INCRA, e não retratam a situação atual, e muito provavelmente apenas uma situação a ser mostrada oficialmente, mas não revelam uma situação de fato.

Um fato que chamou bastante a atenção foi o registro de posse dos lotes, dentro de alguns projetos de assentamento, por empresas privadas, uma vez que estas são proibidas, por lei, de obterem o título de propriedade de lotes destinados à reforma agrária, como é o caso de irregularidades desta ordem encontradas no PA Vale do Rio Jamari e no PA Rio Preto do Candeias.

Teve-se a oportunidade de visitar quarenta e quatro projetos de assentamento em Rondônia, dentre eles Adriana, Américo Ventura, Bom princípio, Burareiro, Buriti, Cachoeira, Colina Verde, Cujubim, Cujubim II, Eli Moreira, Emburana,

Guarajus, Itapirema, Jaru Auru, Jatuarana, Lagoa Nova, Machadinho, Marcos Freire, Massangana, Nova Conquista, Palmares, Pirajui, Pirineus, Ribeirão, Rio Alto, Rio Branco, Rio Preto do Candeias, Santa Catarina, Santa Catarina Expansão I, Santa Cruz, São Felipe, São Francisco, Tabajara, Tancredo Neves, Tarumã, União, Urupá, Vale do Jamari, Várzea Alegre, Verde Seringal I e II, Vitória da União e Padre Zeferino. Outros seis projetos de assentamento, apesar de serem listados como oficiais e implantados, não apresentavam nenhuma família de assentado em suas áreas: Lajes, Nova Floresta, Pedra Redonda, Santa Maria, Santa Maria II e Tabajara II.

Em nossa observação e conversa com os colonos, percebeu-se que, em geral, onde o INCRA implantou esses projetos de assentamento, a terra é pobre, habitada por gente pobre. Segundo os colonos, o solo não correspondeu às suas expectativas, e como resultado suas colheitas não saíram como o esperado.

Verificou-se que a assistência técnica é ausente, bem como qualquer outro tipo de assistência. A Emater e a Embrapa foram criticadas, nas conversas os assentados, por sua inoperância.

"Aprender a viver na Amazônia é difícil"; esta frase foi ouvida de um assentado do PA Bom Princípio, e de certo modo resume com muita propriedade a realidade de muitas famílias assentadas, vindas de lugares distantes, enfrentando aqui uma realidade completamente diferente

daquela que conheciam, e passando a conviver com uma floresta exuberante, rica, mas sustentada por um solo extremamente pobre. A relação dos colonos com a floresta é conflitiva, e as doenças, como a malária, leishmaniose e lepra, se encarregam de disseminar entre as famílias a tristeza e a desesperança de vida, fato reforçado por todos os outros problemas enfrentados.

"A educação e a saúde estão em dívida com os assentados"; esta observação é de um informante, cujo conteúdo revela a quase ausência de serviços primordiais nos setores de saúde e educação nas áreas de colonização. Quando há escola, ela apenas alcança até a quarta série fundamental, e as distâncias entre elas fazem com que várias crianças tenham que se deslocar até dez quilômetros, para freqüentar as aulas. Na maioria das escolas notou-se uma distorção muito grande entre idade x série, e os professores eram na sua maioria professores leigos, sem titulação para o trabalho que executam.



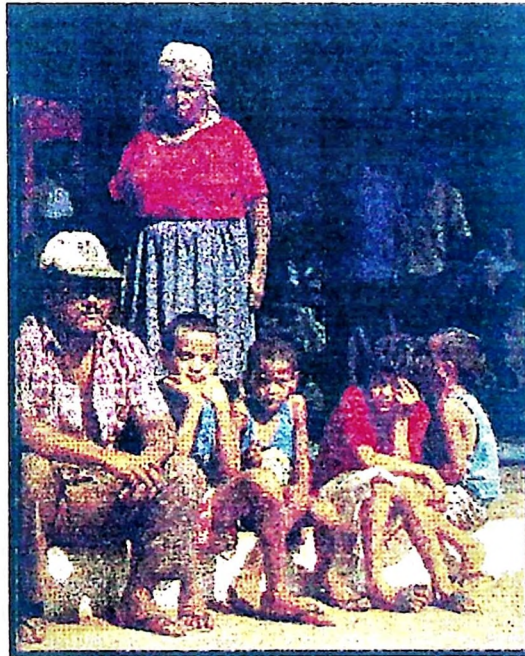
Digitalização: Januario Amaral

Os serviços de Saúde encontram sua relevância na atuação das mulheres que trabalham com chás e medicina caseira, o que pouco representa na luta contra doenças como a malária, a leishmaniose, ou mesmo a hanseníase, doenças muito presentes em Rondônia e nos assentamentos. Ressalte-se que o trabalho da Fundação Nacional de Saúde foi o único serviço público elogiado em praticamente todos os assentamentos, principalmente no que diz respeito ao combate à malária, que passa para realizar coleta de sangue para análise, e oferta gratuita de remédios.

Verificou-se também que, por falta de estradas, pessoas transportavam doentes dentro de redes e pendurados em varas carregadas nos ombros de dentro dos assentamentos para as cidades mais próximas - isto foi

presenciado no Projeto de Assentamento Jarú Auru. Como diriam, isto é coisa de "Morte e Vida Severina".

Outro aspecto relevante é o trabalho infantil nas áreas de colonização. As crianças deixam de freqüentar a escola para ajudar seus pais no trabalho da terra e no trato com os animais. Também o inverso é verdadeiro; acontece de os pais abandonarem a terra e se deslocarem para a cidade para que seus filhos tenham acesso à escola - esta situação é menos freqüente.



DIGITALIZAÇÃO: Januario Amaral

Outra condição, que não se vislumbra resolução, diz respeito aos agregados e aos "proprietários irregulares". Os agregados não tem direito à terra, uma vez que não dispõem de documento algum, e apenas trabalham em terras dos outros. Há também muitos que se consideram "donos" das

terras, uma vez que “compraram” de outros, e possuem “documento de compra e venda” de terra que não se poderia vender nem comprar. Todos esses casos, e eles constituem um percentual bastante alto em praticamente todos os projetos, são de conhecimento do INCRA, pois os compradores garantem que ao adquirirem a terra tiveram a anuência dos responsáveis no processo de negociação. Alguns destes “proprietários” já são latifundiários, outros nem sequer moram em Rondônia. E existem até mesmo aqueles que se dizem proprietários e que moram fora do país: no Japão, na Austrália e nos Estados Unidos.

Ademais, outro aspecto de relevo nas áreas de assentamento é o poder do INCRA. Ele possui um poder imenso, e, como dizia um informante no P. A Machadinho: “dá até a impressão de que o representante do INCRA tem mais poder que o Prefeito”. De fato, o que há é uma relação de dominação e submissão. Além do INCRA dispor de recursos consideráveis para abertura de estradas e concessão de auxílios aos colonos, também compactua com as irregularidades promovidas pela elite local no âmbito dos projetos. Daí o seu poder.

Com relação a questão do financiamento bancário, na maioria das situações os colonos não conhecem o processo de obtenção de tais recursos. Além do mais, os bancos trabalham com bastante burocracia o que dificulta o acesso dos assentados aos financiamentos. A falta de algum bem para oferecer em garantia impede a obtenção do dinheiro do

banco, e o colono apenas terá o título definitivo de propriedade da terra com a emancipação do projeto. Contudo, a maior preocupação é a desconfiança de perder a terra para a instituição financeira, no caso de não poder saldar o empréstimo.

Também verificou-se a falta de documentos dos lotes e pessoais dos colonos, tanto de homens, como de mulheres e crianças; documentos como Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) são raros entre as mulheres, assim como a Certidão de Nascimento das crianças. O Título de eleitor é o documento mais disseminado. No caso do CPF sua falta é preocupante, pois o INCRA só libera o auxílio alimentação para quem apresenta tal documento, e também só recebe o lote quem o possui.

Os conflitos são realidades concretas nas áreas de assentamentos. Chamou atenção o PAD Burareiro, uma vez que sua borda faz fronteira com a área indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau. Seus lotes são bastante valorizados no mercado, pois em algumas linhas já existe energia elétrica, e o subsolo é rico em minério de estanho. Nos PA Rio Branco e Santa Catarina, estão assentados os colonos remanescentes do massacre de Corumbiara, que guardam até hoje suas feridas e ressentimentos à mostra, além de estarem trabalhando em terras paupérrimas, dependendo do INCRA para obterem auxílio alimentação e moradia.

Como sempre e em todo lugar, os atravessadores é que levam a melhor. Como os pequenos agricultores têm

dificuldade de deslocamento, uma vez que não possuem carro e nem dispõem de boas estradas, a comercialização dos produtos é feita na maioria dos assentamentos por esses comerciantes, com todas as desvantagens para os colonos: aqueles ditam as regras, definem o preço da compra e de venda, compram quando querem, forçam os preços sempre para baixo; enfim, contribuem para aumentar os problemas dos agricultores.

Tendência importante que se presenciou em assentamentos é o fato de algumas prefeituras terem uma atuação bastante considerável, tanto no tocante à abertura de estradas vicinais, quanto no atendimento de serviços essenciais como educação e saúde, quer construindo postos de saúde e pequenas escolas, quer suprindo de suporte ao seu funcionamento. Estas prefeituras acabam fazendo o que não devem, porque o INCRA não faz o que devia.

Quanto à falta de abertura de estradas vicinais por parte do INCRA, uma professora no PA Cujubim foi categórica ao afirmar:

“o colono não vai para o lote porque não há estradas, e o INCRA não providencia a abertura das estradas porque não há ninguém morando nos lotes. Enquanto isso, em épocas eleitorais, há festivais de distribuição de cartões para aquisição de lotes.”

É risível, mas isto ocorre nos assentamentos oficiais em Rondônia..

Os dados a seguir são reveladores de uma situação de uma política de resultado imediato por parte do INCRA que procura a todo custo assentar um certo número de famílias sem que seja levado em consideração os custos sócio - ambientais do processo de assentamento em Rondônia, privilegia-se o assentamento em si, em detrimento de uma política que vá além da distribuição de um lote de terra.

TABELA Nº 5
CONDICÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA EM RO de 1981 a 1997/1997

CONDICÃO	FREQÜÊNCIA	PORCENTAGEM
Pré - assentado	976	8,28
Assentado	3.062	25,99
Agregado	1.801	15,29
Irregular	4.470	37,94
Titulado	993	8,43
S/ informação	480	4,07
TOTAL	11.782	100

Fonte: I Censo da Reforma Agrária - INCRA/CRUB/UnB

Ao agrupar os beneficiário que receberam terra diretamente do INCRA tem-se um total de 42,70% (Pré - assentado¹, assentado² e titulado³); os beneficiados mais que não receberam terra do INCRA foram de 53,23% (agregado⁴

¹ Pré - assentado é quando o colono já foi selecionado pelo INCRA e estar aguardando o mínimo de infra - estrutura para efetivamente residir no lote. Geralmente fica morando em acampamentos de lonas nas árca próximos aos projetos onde serão assentados.

² O assentado já foi selecionado pelo INCRA e já adquiriu a posse do lote com todos os direitos inerente a ela.

³ O titulado como o próprio censo indica é personagem baste raro nas áreas de colonização. É aquele colono que já recebeu o título definitivo da terra.

⁴ Os "colonos assentados" preferiam receber os agregados ou meeiros para trabalhar em seus lotes. Os "colono agregado" ou um "colono trabalhador" eram famílias que trabalhavam, geralmente, nas lavouras perenes de cacau e café, ao mesmo tempo em que eles cultivavam roças para garantia do sustento. Essas famílias viam nessa relação uma forma de sobreviver enquanto aguardavam um lote. Ao mesmo tempo garantia ao proprietário uma valorização da terra, já que havia uma quantidade maior de pessoas trabalhando na propriedade.

e irregular⁵), sem contar os 4,07% que não souberam informar.

Os irregulares representam uma soma significativa 37,94%, é um indicador importante que a política praticada não garante a manutenção dos pequenos proprietários nas *terras de trabalho*.

A tabela e o gráfico a seguir revela que se o governo federal insistir na atual política estará desperdiçando recursos públicos destinados ao programa de reforma agrária sem que se promova a efetivação dos pequenos agricultores na terra.

Um aspecto que chama atenção na tabela a seguir é o fato que em programa de reforma agrária exista 337 beneficiários ou 2,86% do total de assentados que residem fora do Estado de Rondônia. Esta é uma incongruência que necessita ser reparada imediatamente.

TABELA Nº 6
LOCAL DE MORADIA DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA EM RO de 1981 a
1997/1997

L. DE MORADIA	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Parcela Rural	7.243	61,48
P. Para Rural	3.306	28,06
Núcleo Urbano	462	3,92
Área Comunit	16	0,14
Fora do RO	337	2,86
S/ INformação	418	3,55
TOTAL	11.782	100

Fonte: I Censo da Reforma Agrária - INCRA/CRUB/UnB

Os dados do censo demonstram que os colonos eram filhos de camponeses. São descendentes de pequenos produtores familiares,

⁵ Os irregulares são aqueles colonos ou profissionais liberais, empresários que adquiriu terra de outro que havia recebido do INCRA, ou adquirido de outro "proprietário" irregular

cujos pais não chegaram a possuir mais de 30 ha de terra, ou na maioria das vezes detinham a posse da terra na condição de arrendatário ou parceiro, ou simplesmente de posseiro.

TABELA Nº 7

**ATIVIDADE ANTERIOR EXERCIDA PELOS BENEFICIÁRIOS DOS PA EM RO de
1981 a 1997**

Atividade anterior	PORCENTAGEM
Agricultor/camponês	50,84
Trabalhador rural	6,52
Motorista	3,72
Outras atividades	3,35
Comerciante	2,05
Pecuarista	1,68
Pedreiro	1,49
Garimpeiro	1,49
Doméstica	1,30
Outras ativ. rurais	1,30
TOTAL	73,74

Fonte: I Censo da Reforma Agrária - INCRA/CRUB/UnB

Quase todos tiveram na agricultura a atividade principal antes da chegada em Rondônia. Contudo a maioria era camponês sem-terra. Há casos em que os colonos passaram pelos grandes centros urbanos e novamente procuram tentar sua reprodução enquanto pequeno agricultor. É o caso que nos relata um colono: *"em São Paulo, lá eu era arrendatário, eu pagava 30% do que eu produzia. Aí o dono da terra me mandou embora, fui trabalhar em São Paulo. Aí de lá eu vim pra cá."* (Pesquisa de campo.)

Geralmente, antes de chegar em Rondônia os colonos passaram por vários Estados. Os Estados aglutinadores como ponto de partida para Rondônia são o Estado do Paraná e o Estado do Mato Grosso. Na trajetória de migração os nordestinos sempre passam pelo Estado do Paraná ou São Paulo. Esta rota tem a ver com a tentativa de procurar a reprodução camponesa nos estados do Sul do país.

QUADRO Nº 3

Projetos de Assentamento do INCRA em RO de 1981 a 1997

Projetos	Área (ha)	Data	M/lote (ha)	Números de lotes**		
				prev	Assent	I Censo*
São Felipe	21.100	05.86	35	409	461	
Vitór. da União	21.410	06.86	35	400	520	
Vale do Jamari	49.489	08.86	45	1.068	1.081	
Jaru Auru	27.564	08.86	38	552	593	
Rio P. Candeias	31.545	12.86	55	526	522	
Pyreneus	4.578	01.87	30	175	172	
Zeferino	7.542	01.87	30	237	344	
Tancredo Neves	27.751	02.87	30	1.010	1.219	
Itapirema	5.535	07.87	30	211	249	
Jatuarana	39.418	02.88	50	690	718	
Verde Seringal	14.399	04.88	50	370	255	
Marcos Freire	10.184	04.88	30	300	352	
Buriti	24.405	05.88	50	816	398	
Tarumã	3.150	05.89	30	77	94	
Nova Conquista	19.741	09.89	45	600	433	
Várzea Alegre	7.633	07.90	45	240	170	
Cachoeira	8.985	06.90	30	275	302	
Emburana	2.825	06.90	30	86	98	
Ribeirão Grande	7.379	06.90	40	238	172	
Nova Floresta	4.378	08.90	40	92	88	zero
Colina Verde	24.333	08.90	50	432	458	
Massangana	22.101	10.90	60	959	364	
Adriana	1.965	12.93	25	76	80	
Rio Alto	38.000	12.93	52	730	555	
Pirajui	1.505	09.95	40	37	41	
Canaã	2.991	09.95	35	81	81	
Eli Moreira	1.101	10.95	15	103	108	
Cujubim II	2.633	12.95	40	64	64	
São Francisco	23.000	12.95	50	460	118	
Américo Ventura	2.999	12.95	23	130	130	
Santa Catarina	2.522	12.95	20	125	125	
Rio Branco	4.701	12.95	20	235	235	
Santa Cruz	40.279	12.95	50	802	499	
Santa Maria	11.500	12.95	48	237	261	
Tabajara	14.500	12.95	40	350	247	
Pedra Redonda	12.200	12.95	50	247	222	zero
Guarajus	1.240	12.95	15	104	114	
Urupá	60.960	07.81	30	4.672	1.204	
Machadinho	209.959	02.82	50	5.520	2.934	
Bom Princípio	84.538	08.83	60	1.435	1.354	
Cujubim	39.439	07.84	50	504	507	zero
Stª Maria II		.96			950	zero
Lajes		.96			1.200	zero
União		.96			287	
Zubi		.96				
Palmares		.96				
Tabajara II		.96			550	zero
TOTAL					21.442	12.016

FONTE: Divisão de Assentamento da SR/RO - INCRA. **Número de famílias, de acordo com os arquivos do INCRA, Previsão e Assentadas. *I Censo da Reforma Agrária, número de lotes recensados, realizado em 1996/1997 no Estado de RO. pelo Convênio CRUB/UNB.

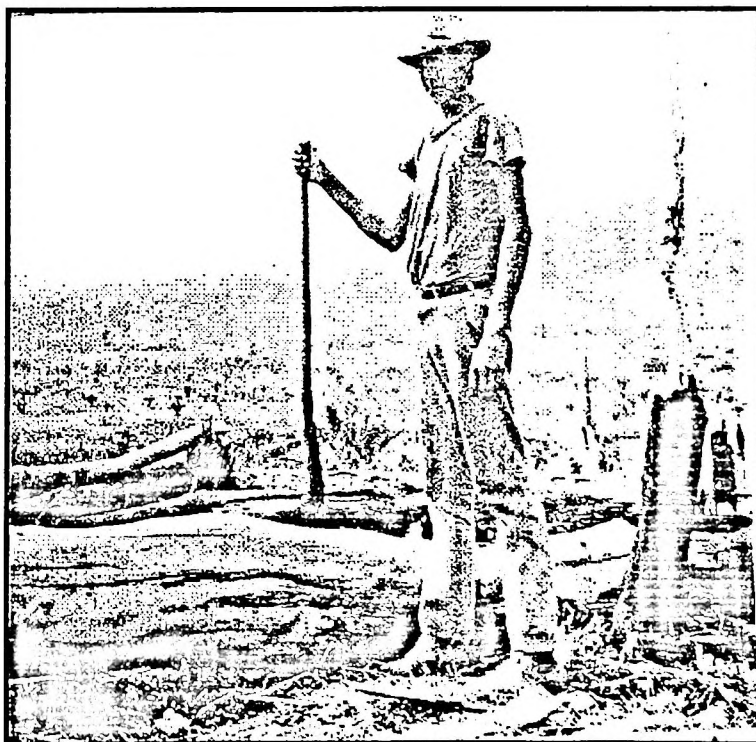
TRABALHO E NATUREZA

A imposição, nas décadas anteriores, dos órgãos governamentais de induzirem os colonos a destruírem a floresta sob o pretexto de transformar Rondônia em um novo cenário de modernização agrícola no estilo do Centro-Sul do País, também deveria ser principal alicerce de uma sociedade rural próspera. Hoje, acima de tudo, esta natureza é vista como degradada por práticas inadequadas ao ambiente amazônico. E o melhor exemplo dessa trajetória é a mata. De um total de 24.305.926 ha, no Estado de Rondônia, segundo Mapa de Ação Antrópica - PLANAFORO, foram desmatados 4.824.790 ha de floresta, ou seja 20,4% do território estadual.



Foto e digitalização: Januário Amaral

Apontamos três motivos principais para explicar a situação de degradação (cf. foto a seguir), em que se encontram as áreas agricultáveis, que antes eram repletas de enormes castanheiras, seringueiras, e muitas outras espécies extremamente variadas. Primeiramente, um de procedência econômica (uma relativa “valorização” da terra) e, outro, de caráter tecnológico (tecnologia inadequada à disposição dos colonos). E por último, o de caráter simbólico, mediante o qual o colono se tornaria proprietário de um lote de terra com a derrubada da floresta (Amaral, 1994).



Digitalização: Januário Amaral

A modernização da agricultura de Rondônia constitui fator determinante para que se tenha a melhoria das

condições de vida, de trabalho e renda do homem do campo. Pensa-se numa modernização que parta de uma redistribuição de terras e manutenção das pequenas propriedades, e que tenha impacto sobre a produção e também sobre a distribuição de renda.

TABELA Nº 8

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE RONDÔNIA 1991/1995

PRODUTOS	1991		1995	
	ÁREA	PRODUÇÃO (t)	ÁREA	PRODUÇÃO (t)
ARROZ (CASCA)	86.651	104.300	148.545	262.436
MILHO	127.649	218.431	198.785	370.179
FEIJÃO	139.254	77.436	123.682	81.007
MANDIOCA	30.097	496.784	41.755	708.605
BANANA (1.000 CACHOS)	19.204	18.085	30.963	25.889
CACAU	43.343	22.781	34.591	15.871
CAFÉ (CÔCO)	135.709	149.309	137.739	171.233
SOJA	2.400	5.000	-	-
ALGODÃO	15.500	24.800	19.091	27.059

FONTE: GCEA/IBGE/SEAGRI/EMATER

Logo, a retomada de seu dinamismo e o efetivo início de um processo de modernização do setor agrícola constitui o fator essencial para o desenvolvimento sustentado da agricultura. E essa modernização passa pela recuperação das áreas que hoje não são mais utilizadas, como, por exemplo, as capoeiras.

No PA Vista Alegre, um colono disse: "já ouvi falar numa tal de assistência técnica, mas nunca fui apresentado para ela; eu acho que isso é invenção de americano ou de político; não deve ser coisa muito boa, e se não é boa, ainda vai chegar aqui, não é verdade." Diante desse quadro, como é possível recuperar áreas degradadas, se o suporte técnico do Estado é incompetente para tal atividade? Existe projeto

de assentamento que tem terras produtivas, contudo não tem estradas vicinais, ou vice-versa, e outros, nem estradas e nem terras produtivas.

Segundo Amaral e Costa Silva (1997:04), a assistência técnica é problema nos projetos de assentamentos, tornando crucial o desenvolvimento dos assentamentos. O uso desse serviço poderia implicar em três elementos fundamentais para os assentados: o uso racional do solo, buscando uma relação compatível com o suporte da terra; a produtividade do solo; e a qualidade da produção. Combinando esses elementos, entende-se que haverá melhora nas condições gerais dos projetos de assentamento. Os colonos trabalham a terra da maneira mais simples possível; usam apenas enxada, foices, machado e facões, e, associado a estes instrumentos, utilizam a técnica das queimadas.

Segundo comentava um informante da região de Vilhena, "uma realidade dos projetos novos do INCRA é que o assentamento de famílias é feito em terras não produtivas. No projeto Nova Conquista, por exemplo, mais de 60% de suas terras são arenosas e só produzem abacaxi; essa questão deve ter alguma importância e deveria ser revista pelo INCRA, antes de assentar os colonos. Afinal nem só de abacaxi vive o homem."



Digitação: Januário Amaral

Consideramos fundamental o saber que os colonos já possuem; um saber transmitido de geração em geração de pai para filho. Contudo esse saber precisaria ser auxiliado pela ciência e pela técnica. Todos poderiam se envolver por exemplo no “desenvolvimento sustentado” para a região, como explorar racionalmente o lote de terra, discutindo alternativas para o desmatamento, as queimadas, a erosão. Assim como poderiam aumentar a renda, levando-se em consideração o princípio da sustentabilidade.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE RONDÔNIA

Para interpretar a estrutura agrária do Estado de Rondônia foi possível extrair as análises sob três fontes de informações: a primeira cuja a fonte são os dados extraídos dos Censos Agropecuários do IBGE, nos mostra de que forma os produtores rurais (proprietários, ocupantes, arrendatários e parceiros) ocupam seu espaço na estrutura fundiária.

A segunda são os dados cadastrais levantados pelo INCRA, que vai permitir distinguir como se acha distribuído o espaço fundiário entre seus detentores: Proprietários e posseiros; a terceira fonte diz respeito ao levantamento de campo que realizou-se por ocasião do desenrolar desta pesquisa, cujo tratamento das informações serão objeto de um capítulo específico.

DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA EM RONDÔNIA DE 1950 A 1995

A base dos dados para acompanhar a evolução da distribuição da posse da terra em Rondônia foram os Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-96. É metodologicamente relevante levar em consideração na análise que o conceito de estabelecimento agropecuário apresenta-se diferente nos diversos Censos referidos acima.

De acordo com o IBGE (1996:46) estabelecimento agropecuário seria "todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária."

Este foi o conceito utilizado nos censos de 1975, 1980, 1985 e 1995-96 ou seja: O estabelecimento agropecuário incluiria: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais.

HOFFMANN ao fazer referencia ao censo de 1985 coloca que:

"As áreas confinantes sob a mesma administração, ocupadas segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas e ocupadas gratuitamente), foram consideradas como um único estabelecimento.

As áreas confinantes pertencentes a um só proprietário, mas entregues a administrações diversas, foram consideradas como estabelecimentos distintos. Consideraram-se, também, como estabelecimentos distintos, as áreas exploradas em regime de parceria, quando os responsáveis por sua administração eram os próprios parceiros.

Por extensão, as parcelas não-confinantes exploradas em conjunto, por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo setor e utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos agrários, animais de trabalho, etc.) e os mesmos recursos humanos (o mesmo pessoal), estando subordinadas a uma única administração (do produtor ou de um administrador)." (1998:17)

"A conceituação de estabelecimento no Censo de 1975 diferiu da utilizada no Censo de 1970, apenas pelo critério de considerar como um único estabelecimento parcelas descontínuas localizadas em um mesmo Setor de enumeração"(IBGE, 1979, P. XXIII).

O conceito permanece o mesmo nos Censos de 1960 e 1970. É possível que nesses Censos as parcelas não confinantes mas sujeitas a uma mesma administração e exploradas com os mesmos recursos já tenham sido consideradas, com freqüência, como um único estabelecimento, dada a dificuldade de distribuir aqueles recursos entre as parcelas. Acredita-se, portanto, que a mudança no conceito de estabelecimento agropecuário entre 1970 e 1975 tenha pouca influência nas principais características da distribuição da posse da terra.

No caso do Censo Agrícola de 1950 “excluíram-se as explorações exclusivamente destinadas ao consumo doméstico”. Exige-se um objetivo comercial que não está explicitado nos Censos mais recentes. Nesse sentido, o conceito do Censo Agrícola de 1950 é mais restritivo. HOFFMANN (1998)

A tabela 9 mostra a evolução do número de estabelecimentos, da sua área total e das áreas média e mediana em Rondônia, de 1950 até 1995, com base nos Censos Agropecuários. Apesar de o conceito de estabelecimento ser mais restritivo em 1950, os dados indicam uma *redução* da área total entre 1950 e 1960. Excluindo-se em 1960, observa-se um grande crescimento tanto do número de estabelecimentos como da sua área total de 1950 a 1985, mostrando que a estrutura fundiária do Estado estava se formando nesse período. Entre 1985 e 1995 a área total ocupada continua aumentando, mas o número de estabelecimentos se reduz, indicativo de concentração de terra.

A área média por estabelecimento diminui sistematicamente de 1950 a 1985. A área mediana mostra variações irregulares entre 1950 e 1970 e em seguida também diminui sistematicamente. A área média por estabelecimento cresce substancialmente de 1985 a 1995, atingindo 115,5 hectares.

O Estado de Rondônia apresenta aproximadamente cerca 23,8 milhões de hectares. Então a área total dos estabelecimentos agropecuários registrados no Censo de 1985 (6033 mil hectares) corresponde a apenas 25,3% da área geográfica. Em 1995 a área ocupada atinge 8890 mil hectares, correspondendo a 37,3% da área geográfica do estado.

Tabela 9

Distribuição da posse da terra em estabelecimentos agropecuários em Rondônia de 1950 a 1995:

Ano	Número de estabelecimentos	Área total (1000 ha)	Área média (ha)	Área mediana (ha)
1950	530	694	1309,0	57,8
1960	1012	303	299,7	28,0
1970	7082	1632	230,4	109,2
1975	25481	3082	121,0	100,3
1980	48365	5224	108,0	72,1
1985	80615	6033	74,8	44,5
1995	76954	8890	115,5	39,1

Fonte: IBGE

A tabela 10 mostra a evolução de várias medidas de desigualdade da distribuição da posse da terra em Rondônia. Observa-se, claramente, um salto qualitativo entre 1960 e 1970, com substancial redução do grau de desigualdade. O índice de Gini é maior do que 0,9 em 1950 e 1960 e permanece abaixo de 0,7 de 1970 a 1985. A porcentagem da área total ocupada pelos 5% maiores estabelecimentos é maior do que 84% em 1950 e 1960 e depois permanece abaixo de 50% até 1985.

Tabela 10

Desigualdade da Distribuição da posse da terra em Rondônia de 1950 a 1995.

Ano	Índice de Gini	*50-	*10+	*5+
1950	0,929	0,6	91,6	85,7
1960	0,904	3,1	89,3	84,6
1970	0,682	7,1	53,7	46,1
1975	0,623	12,9	53,1	48,1
1980	0,653	10,1	54,0	48,9
1985	0,656	9,0	51,6	44,2
1995	0,766	6,4	68,6	61,6

Fonte: Dados básicos IBGE

* porcentagens da área total correspondentes aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).

Entre 1985 e 1995 todos os indicadores apontam para um substancial aumento na desigualdade da distribuição da posse da terra em Rondônia.

A DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA EM 1985

Neste item examinar-se-á a distribuição da posse da terra em Rondônia e nas suas quatro Microrregiões Homogêneas tendo como ponto de partida os dados do Censo Agropecuário de 1985. A tabela 1 mostra o número de estabelecimentos agropecuários em cada MRH, a sua área total, a área média por estabelecimento e a área mediana. Em Rondônia a área média é 74,8 ha por estabelecimento e a área mediana é 44,5 ha, significando que metade dos estabelecimentos tem 44,5 hectares ou menos. O fato de a média ser substancialmente maior do que a mediana mostra que a distribuição tem forte assimetria positiva, como é usual para a distribuição da posse ou da propriedade da terra.

Observa-se, na **tabela 11**, que a área média na MRH Vilhena é mais de 3 vezes maior do que na MRH Ji-Paraná. Note-se que a MRH com maior área mediana é Porto Velho e a MRH com menor área mediana é Colorado do Oeste. A MRH Ji-Paraná se destaca por ter 65% do total de estabelecimentos do Estado e 47% da área total.

Tabela 11

Distribuição da posse da terra em Rondônia e nas suas Micro Regiões Homogêneas em 1985

MRH	Nº de Estabel.	Área total (1000 ha)	média Área(ha)	mediana Área(ha)
Porto Velho	15245	1551	101,7	57,3
Ji-Paraná	52520	2853	54,3	34,8
Vilhena	6063	1103	182,0	50,5
Colorado D'Oeste	6787	525	77,4	18,7
Rondônia	80615	6033	74,8	44,5

Fonte: IBGE , Censo Agropecuário de 1985.

Na **tabela 12** as duas MRH com maior desigualdade na distribuição da posse da terra são Vilhena e Colorado do Oeste, com índice de Gini maior do que 0,75 e mais de 62% da área total ocupada pelos 10% maiores (os estabelecimentos acima do 9º decil).

Tabela 12

Desigualdade da distribuição da posse da terra em Rondônia e nas suas Micro Regiões Homogêneas em 1985.

MRH	Índice de Gini	*50-	*10+	*5+
Porto Velho	0,582	16,1	49,8	44,4
Ji-Paraná	0,595	9,3	40,9	30,8
Vilhena	0,805	5,5	76,3	68,1
Colorado do Oeste	0,764	3,4	62,4	55,1
Rondônia	0,656	9,0	51,6	44,2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1985

* porcentagens da área total correspondentes aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).

As MRH de Porto Velho e Ji-Paraná apresentam um grau de desigualdade da distribuição da posse da terra menor que a média do

Estado. Porto Velho é *menos desigual* se considerarmos o índice de Gini ou a porcentagem da área correspondente aos 50% menores. Por outro lado, Porto Velho é *mais desigual* se considerarmos o valor de 10+ ou o valor de 5+. Fato semelhante vai ocorrer quando se compara as regiões de Vilhena e Colorado D'Oeste. Vale a pena ressaltar este aspecto para que não se dê uma ênfase exacerbada no cálculo do índice de Gini.

Ao analisar os dados por município a realidade não difere daquela encontrada nas MRH a distribuição da posse da terra nos 15 municípios de Rondônia em 1985. A **tabela 13** mostra o número de estabelecimentos agropecuários, a sua área total, a área média por estabelecimento e a área mediana em cada município.

A área média é inferior a 40 ha em apenas dois municípios: Cacoal e Presidente Médici. Esses dois municípios da MRH Ji-Paraná são, também, aqueles que têm as áreas medianas mais baixas. No outro extremo temos o município de Vilhena, com área média de 748 ha por estabelecimento e área mediana de 73,7 ha.

Tabela 13

Desigualdade da distribuição da posse da terra de estabelecimentos agropecuários por municípios de Rondônia em 1985.

Município	Número de estabelecimentos	Área total (1000 ha)	Área média (ha)	Área mediana (ha)
MRH PORTO VELHO				
Costa Marques	4509	383	85,0	51,5
Guajará-Mirim	1721	279	162,3	60,1
Porto Velho	9015	888	98,5	67,0
MRH JI-PARANÁ				
Ariquemes	10598	915	86,4	58,2
Cacoal	8069	310	38,4	11,0
Jaru	5800	403	69,5	57,7
Ji-Paraná	5294	240	45,4	24,9
Ouro Preto Oeste	9175	410	44,6	24,6
Presidente Médici	7235	272	37,6	16,6
Rolim de Moura	6349	302	47,6	33,8
MRH VILHENA				
Espigão D'Oeste	1837	236	128,4	51,6
Pimenta Bueno	3646	434	119,0	47,1
Vilhena	580	434	748,0	73,7
MRH COLORADO				
Cerejeiras	1158	250	215,8	23,1
Colorado do Oeste	5629	275	48,9	17,1
RONDÔNIA	80615	6033	74,8	44,5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1985

A **tabela 14** mostra várias medidas da desigualdade da distribuição da posse da terra em cada município. Cerejeiras se destaca pela desigualdade elevada: índice de Gini igual a 0,901 e 83,3% da área total dos estabelecimentos pertencendo aos 5% maiores. Neste município há 1158 estabelecimentos agropecuários e três deles têm mais de 10.000 hectares e ocupam 43,5% da área total.

Tabela 14

Desigualdade da distribuição da posse da terra por municípios de Rondônia de acordo com o Censo Agropecuário de 1985

Município	Índice de Gini	*50-	*10+	*5+
MRH PORTO VELHO				
Costa Marques	0,589	18,3	55,5	49,3
Guajará-Mirim	0,775	4,9	70,1	62,1
Porto Velho	0,492	19,4	40,7	35,2
MRH JI-PARANÁ				
Ariquemes	0,532	17,1	42,5	33,7
Cacoal	0,659	6,4	45,5	31,9
Jaru	0,504	18,4	36,8	29,0
Ji-Paraná	0,574	11,1	38,0	26,1
Ouro Preto Oeste	0,586	7,9	35,9	24,0
Presidente Médici	0,648	7,1	47,4	36,5
Rolim de Moura	0,570	8,6	36,1	24,9
MRH VILHENA				
Espigão D'Oeste	0,737	8,0	67,8	57,5
Pimenta Bueno	0,731	7,9	65,6	58,0
Vilhena	0,884	2,1	83,6	72,4
MRH COLORADO				
Cerejeiras	0,901	1,3	86,1	83,3
Colorado do Oeste	0,632	5,3	40,8	29,5
RONDONIA	0,656	9,0	51,6	44,2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1985

* porcentagens da área total correspondentes aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).

O município de Vilhena aparece logo em seguida em grau de desigualdade com índice de Gini igual a 0,884. Nesse município há um estabelecimento com 118 mil hectares, o que corresponde a 27,2% da área total ocupada. Os 5 estabelecimentos hectares maiores corresponde a 72,4% da área total.

RONDÔNIA E AS DEMAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO ANO 1985

Os dados das tabelas 15 e 16 apresentam o número de estabelecimentos agropecuários, a sua área total, a área média, a área mediana e outras medidas de desigualdade da distribuição da posse da terra em cada um dos vinte e sete Estados brasileiros com os dados básicos extraído do Censo Agropecuário de 1985.

Tabela 15

Distribuição da posse da terra nas Unidades da Federação de acordo com o Censo Agropecuário de 1985: número de estabelecimentos agropecuários, área total, área média e área mediana.

Unidade geográfica	Número de estabelecimentos	Área total (1000 ha)	Área média (ha)	Área mediana (ha)
RO	80615	6033	74,8	44,5
AC	35049	5235	149,4	77,1
AM	116044	5860	50,5	10,7
RR	6387	2150	336,5	101,0
PA	252712	24728	97,8	22,7
AP	4816	1208	250,8	52,1
TO	47320	17354	366,7	120,7
MA	527679	15548	29,5	1,3
PI	270262	11828	43,8	2,4
CE	324141	11009	34,0	5,4
RN	115736	4383	37,9	4,0
PB	203264	4872	24,0	3,1
PE	355602	6700	18,8	2,9
AL	142771	2364	16,6	2,0
SE	115070	1919	16,7	1,8
BA	738874	33431	45,2	6,7
MG	549635	45837	83,4	20,0
ES	69138	3895	56,3	3,7
RJ	91163	3264	35,8	6,0
SP	281858	20245	71,8	17,3
PR	466235	16699	35,8	10,3
SC	234851	7420	31,6	12,7
RS	496579	23822	48,0	13,2
MS	54555	31109	570,2	38,6
MT	77914	37836	485,6	28,4
GO	131333	29864	227,4	53,2
DF	3401	314	92,3	21,8
BRASIL	5793004	374925	64,7	8,4

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1985

Tabela 16

Desigualdade da distribuição da posse da terra nas Unidades da Federação de acordo com o Censo Agropecuário de 1985.

Unidade geográfica	Índice de Gini	*50-	*10+	*5+
RO	0,656	9,0	51,6	44,2
AC	0,626	13,2	53,4	44,8
AM	0,820	4,1	74,3	64,8
RR	0,753	8,1	72,9	53,2
PA	0,828	3,9	74,5	68,4
AP	0,865	2,8	81,5	75,9
TO	0,716	7,0	60,3	46,3
MA	0,924	1,3	91,0	81,0
PI	0,897	1,2	84,1	73,2
CE	0,816	3,4	73,2	59,7
RN	0,854	2,2	78,4	66,8
PB	0,843	3,0	78,1	66,1
PE	0,831	3,5	76,5	64,5
AL	0,860	2,8	81,2	71,1
SE	0,860	2,2	79,8	67,8
BA	0,841	3,0	77,1	66,9
MG	0,772	4,7	66,9	53,4
ES	0,673	9,6	56,8	44,8
RJ	0,816	2,9	72,4	58,3
SP	0,772	5,1	67,8	54,6
PR	0,752	7,0	67,7	57,2
SC	0,685	9,9	59,9	50,1
RS	0,764	6,9	70,5	60,4
MS	0,861	1,1	77,6	63,0
MT	0,910	0,9	87,9	78,0
GO	0,767	4,4	65,5	51,0
DF	0,776	4,4	67,3	52,6
BRASIL	0,858	2,3	79,1	69,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1985

* porcentagens da área total correspondentes aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).

Os dados revelam que Rondônia tem 1,4% do número de estabelecimentos agropecuários e ocupa 1,6% da área total do país. A área média do estado (74,8 ha) é aproximada à área média no Brasil, mas a área mediana é mais do que cinco vezes maior do que a área mediana no País.

Ao comparar apenas as Unidades das regiões Norte e Centro-Oeste, verifica-se que a área média por estabelecimento em Rondônia é uma das menores.

A desigualdade da distribuição da posse da terra é elevada em todas as regiões do País. Quando se compara aos vinte e sete Estados da Federação verifica-se, entretanto, que essa desigualdade é *relativamente* baixa em Rondônia. Observa-se, na tabela 16, que Rondônia é um dos quatro Estados brasileiros com índice de Gini inferior a 0,7, é a UF com os menores valores de 10+ e de 5+. Pode-se afirmar que esse grau relativamente baixo de desigualdade é resultado direto do processo de colonização agrícola levado a efeito no Estado a partir de 1970.

As medidas de desigualdade obtidas para 1995 parecem indicar que no período 1985-95 a distribuição da posse da terra em Rondônia se "ajustou" ao padrão nacional de desigualdade. Ou seja, voltou a aumentar o grau de concentração de terras no Estado

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA ENTRE IMÓVEIS RURAIS DE RONDÔNIA (1967 A 1998)

O INCRA define Imóvel Rural como sendo o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial. (INCRA, 1996:46)

O IBRA, em 1967, realizou o primeiro cadastramento de imóveis rurais. O INCRA efetuou recadastramentos em 1972, 1978, 1985 e 1992. O cadastro é atualizado com informações fornecidas pelos proprietários. Para 1991 trata-se de uma atualização do recadastramento de 1978, antes do recadastramento de 1992. Os dados para Rondônia no cadastro de 1985 são discrepantes em relação aos demais anos e por causa disso não foram considerados

nas tabelas apresentadas a seguir (são registrados 54501 imóveis rurais, ocupando 13331 mil hectares).

A área dos imóveis rurais de Rondônia em 1967 parece estar superestimada (possivelmente devido à inclusão de áreas que não eram, efetivamente, propriedade do declarante). De acordo com os dados reproduzidos na tabela 17, a área total dos imóveis rurais teria se reduzido a menos da metade de 1967 a 1972. A partir de 1972 os dados sobre área total dos imóveis apresentados são razoavelmente coerentes com os dados sobre área total dos estabelecimentos agropecuários apresentados na tabela 9.

Tabela 17

Imóveis rurais de acordo com o cadastro do INCRA, de 1967 a 1998.

Ano	Número de imóveis	Área total (1000 ha)	Área média (ha)	Área mediana (ha)
1967	2103	5524	2626,5	36,5
1972	3358	2137	636,4	73,6
1976	4287	3098	722,6	100,8
1978	16448	5985	363,8	100,9
1991	13149	5250	399,3	97,5
1992	32811	5067	154,4	70,7
1998	44008	6767	153,8	67,9

Fonte INCRA

Na tabela 18, da mesma maneira que na tabela 10, observa-se que ocorre uma mudança de patamar no grau de desigualdade da distribuição da terra. O índice de Gini permanece superior a 0,88 até 1976 e depois fica abaixo de 0,78. Cabe notar que a redução drástica na desigualdade da distribuição da posse da terra assinalada na tabela 10 ocorre entre 1960 e 1970, ao passo que os dados do INCRA (tabela 18) indicam que a redução mais forte na desigualdade da

distribuição da terra entre imóveis rurais teria ocorrido na década de 70.

Note-se, também, que os dados dos Censos Agropecuários mostram um substancial aumento da desigualdade da posse da terra em Rondônia entre 1985 e 1995, enquanto os resultados apresentados na tabela 18 não mostram aumento da desigualdade da distribuição da terra entre os imóveis rurais na década de 90.

Tabela 18 –

Desigualdade da distribuição da terra entre imóveis rurais⁽¹⁾ conforme dados do Cadastro do INCRA de 1967 a 1998: índice de Gini, e porcentagens da área total correspondentes aos 50% menores (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).

Ano	Índice de Gini	50-	10+	5+
1967	0,948	0,4	92,9	86,4
1972	0,903	2,7	89,9	84,0
1976	0,881	2,9	85,6	71,1
1978	0,736	12,1	76,4	70,5
1991	0,775	8,8	77,0	66,9
1992	0,643	14,1	60,8	54,6
1998	0,645	13,5	59,5	52,6

Fonte: INCRA.

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA ENTRE IMÓVEIS RURAIS EM 1992: COMPARANDO RONDÔNIA COM AS DEMAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

As tabelas 19 e 20 apresentam o número de imóveis rurais, a sua área total, a área média, a área mediana e várias medidas de desigualdade da distribuição da propriedade da terra nos diferentes Estados da Federação, conforme dados do recadastramento de 1992.

Verifica-se, na tabela 19, que Rondônia tem 1,1% do total de imóveis rurais do País e 1,5% da área total ocupada. A área média dos imóveis rurais de Rondônia é alta quando comparada com as áreas médias nos estados do Nordeste, do Sudeste e do Sul, mas é relativamente pequena quando consideramos os estados do Norte e

do Centro-Oeste. A área mediana em Rondônia (70,7 ha) é maior do que em qualquer estado do Nordeste, do Sudeste ou do Sul, sendo praticamente igual às áreas medianas do Pará, do Mato Grosso do Sul e de Goiás.

Tabela 19

Distribuição da terra entre os imóveis rurais nas Unidades da Federação de acordo com o recadastramento de 1992

Unidade geográfica	Número de imóveis	Área total (1000 ha)	Área média (ha)	Área mediana (ha)
RO	32811	5067	154,4	70,7
AC	9085	4053	446,1	63,8
AM	17955	10467	583,0	43,9
RR	5653	3845	680,2	85,1
PA	37418	25611	684,5	68,8
AP	2628	1283	488,3	103,7
TO	29981	13529	451,3	169,0
MA	51227	12484	243,7	63,4
PI	84360	9975	118,2	35,8
CE	106529	7792	73,1	26,4
RN	36381	2639	72,5	19,6
PB	92125	3368	36,6	8,9
PE	101561	4121	40,6	10,1
AL	29906	1192	39,9	8,3
SE	37676	1089	28,9	5,5
BA	284985	24957	87,6	17,4
MG	437925	35326	80,7	21,4
ES	61241	3208	52,4	24,3
RJ	45083	2126	47,2	13,4
SP	265631	17768	66,9	18,6
PR	379543	15541	40,9	14,6
SC	225317	6885	30,6	14,1
RS	477839	19968	41,8	13,7
MS	48717	27772	570,1	71,5
MT	64972	47671	733,7	110,8
GO	95080	22419	235,8	69,2
DF	4403	139	31,6	5,6
BRASIL	3066032	330297	108,1	18,6

Fonte INCRA

Tabela 20 –

Desigualdade da distribuição da terra entre os imóveis rurais nas Unidades da Federação de acordo com o recadastramento de 1992

Unidade geográfica	Índice de Gini	*50-	*10+	*5+
RO	0,643	14,1	60,8	54,6
AC	0,887	4,2	88,3	86,0
AM	0,935	1,7	92,1	88,9
RR	0,873	4,4	85,9	78,4
PA	0,904	2,5	89,1	82,1
AP	0,837	6,0	81,1	75,5
TO	0,671	8,8	54,9	41,0
MA	0,756	6,6	67,0	55,3
PI	0,750	6,7	66,3	55,1
CE	0,703	7,3	58,3	45,1
RN	0,750	5,7	65,0	51,5
PB	0,761	5,3	66,3	52,7
PE	0,764	4,9	65,9	52,7
AL	0,791	4,7	71,5	59,0
SE	0,799	3,8	70,7	57,9
BA	0,819	4,0	75,0	64,9
MG	0,755	5,7	65,6	52,5
ES	0,636	11,5	53,5	41,5
RJ	0,743	5,9	63,7	49,6
SP	0,756	6,0	66,5	53,5
PR	0,712	9,1	64,1	53,4
SC	0,646	12,0	56,4	46,5
RS	0,730	8,6	67,0	56,5
MS	0,816	2,2	70,7	55,5
MT	0,819	3,2	73,5	58,8
GO	0,727	6,3	61,0	46,6
DF	0,796	4,2	71,1	57,1
BRASIL	0,833	3,9	77,4	67,5

Fonte INCRA

* e porcentagens da área total correspondentes aos imóveis abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).

Observa-se, na tabela 20, que Rondônia, Espírito Santo e Santa Catarina são os poucos Estados do País com índice de Gini inferior a 0,65.

DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA NAS OITO MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE RONDÔNIA EM 1995.

As tabelas 20 e 21 revelam algumas características básicas da distribuição da posse da terra em oito Microrregiões Geográficas (MRG) de Rondônia de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995-96. Em Rondônia a área mediana é 39,1 ha e a área média

por estabelecimento é 115,5 ha. A MRG com as maiores medidas de tendência central da distribuição da posse da terra é Guajará-Mirim, com média de 590,9 ha e mediana de 101,0 ha. A MRG com essas medidas mais baixas é Cacoal: média igual a 59,6 ha e mediana igual a 15,7 ha.

Ainda revelam , que Guajará-Mirim é, também, a Microrregião com as maiores medidas de desigualdade: índice de Gini igual a 0,890, metade dos estabelecimentos ocupando apenas 3,1% da área total e os 5% maiores ocupando 82,0% da área total. As Microrregiões com menor desigualdade são Alvorada D'Oeste, Ariquemes e Jí-Paraná, com índice de Gini abaixo de 0,67, os estabelecimentos abaixo da mediana ocupando mais de 10% da área total e os 5% maiores ocupando menos de 52% da área total.

Tabela 20

Distribuição da posse das terra em Rondônia e nas suas oito Microrregiões Geográficas (MRG) de acordo com o Censo Agropecuário de 1995-96: número de estabelecimentos, área ocupada, área média e área mediana

MRG	Número de estabelecimentos	Área total (1000 ha)	Área média (ha)	Área mediana (há)
Alvorada D'Oeste	8358	549	65,7	31,7
Ariquemes	8620	1302	151,0	59,6
Cacoal	22908	1365	59,6	15,7
Colorado do Oeste	5999	960	160,1	43,6
Guajará-Mirim	1284	759	590,9	101,0
Jí-Paraná	19249	1593	82,7	43,2
Porto Velho	6142	1340	218,1	57,9
Vilhena	4394	1024	232,9	37,4
Rondônia	76954	8890	115,5	39,1

Fonte: Dados IBGE.

Tabela 21

Desigualdade da distribuição da posse da terra em Rondônia e nas suas oito Microrregiões Geográficas (MRG) de acordo com o Censo Agropecuário de 1995-96: índice de Gini, e porcentagem da área total ocupada pelos 50% abaixo da mediana (50⁻), pelos 10% maiores (10⁺) e pelos 5% maiores (5⁺).

MRG	Índice de Gini	50 ⁻	10 ⁺	5 ⁺
Alvorada D'Oeste	0,662	10,3	58,2	49,0
Ariquemes	0,668	12,2	60,7	51,9
Cacoal	0,755	5,0	64,3	54,6
Colorado do Oeste	0,801	6,2	74,7	69,4
Guajará-Mirim	0,890	3,1	86,3	82,0
Jí-Paraná	0,642	11,0	52,4	45,0
Porto Velho	0,783	7,6	74,4	68,1
Vilhena	0,844	3,4	80,7	68,4
Rondônia	0,766	6,4	68,6	61,6

Fonte: Dados do IBGE.

Os dados são reveladores que há uma grande heterogeneidade na estrutura fundiária das diversas Microrregiões de Rondônia.

Ademais, no capítulo seguinte interpretar-se-á o comportamento da situação fundiária em projetos de assentamento do INCRA

A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO INCRA

Com certeza, a reconcentração da terra foi o aspecto que chamou por demais nossa atenção. Perceber que a terra está sendo reconcentrada, quebrando sua finalidade social, foi marcante. Há casos de uma única pessoa com mais de oitenta lotes em um mesmo projeto de assentamento, e casos com cinquenta, quarenta e trinta lotes são bastante comuns. Casos com vinte lotes são corriqueiros no Projeto Machadinho e no Projeto Rio Jamari. Tal fato, com certeza, é de conhecimento dos técnicos do INCRA que não tomam nenhuma atitude; pelo contrário, se beneficiam da situação e montam suas próprias fazendas, como encontramos também no Projeto Rio Jamari e Projeto Cujubim.

É desta maneira que, passando pelo processo de desapropriação, pelo esforço de efetivamente conseguir ser um assentado e pelo trabalho hercúleo no trato da terra, o processo se fecha novamente na reconcentração, graças à falta de estradas, de assistência técnica e de serviços e equipamentos públicos que possam garantir alguma facilidade ao homem assentado. Os novos latifundiários são os mesmos espertos de sempre: políticos, advogados, industriais, funcionários públicos federais ou não, donos de madeiras etc. Não se deve pensar que são os colonos que adquirem os lotes vizinhos, pois é muito difícil a tarefa de formar um único lote, desde a derrubada da floresta até a colheita dos produtos, principalmente com as condições

adversas de trabalho a que são submetidos nos projetos de assentamento.

Só a título de exemplo, no Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro, o proprietário de uma distribuidora de bebidas, do município de Ariquemes, tem vinte e sete lotes com 1000 metros de frente e 2.500 metros de fundo cada um, transformados em pastagens; no Projeto de Assentamento Machadinho, um político local possui trinta e seis lotes; no Projeto de Assentamento Rio Jamari foi encontrada um fazenda de um empresário de Porto Velho que havia adquirido todos os lotes de uma mesma linha, expulsando, desta forma, todos os colonos.

Por conseguinte, o que vem corroborar com nossas afirmações anteriores sobre a atuação do INCRA no processo de reconcentração da terra é esta frase de um informante, ouvida no município de Cujubim: "eles vendem terras como se fossem seus proprietários, autorizam compra e venda de lotes como se fossem uma imobiliária". Parafraseando, como se fosse uma Imobiliária Não Capacitada de Reconcentração Agrária - INCRA. Na verdade a tecnoburocracia do INCRA sustenta e incrementa o abandono das terras, ou é seu estimulador pela absoluta falta de atuação; deixa, enfim, as coisas acontecerem como se nada tivessem a ver com os fatos, se exime de qualquer atitude, já que distribuiu os lotes, considerando, com isso, a tarefa cumprida. Os erros persistem, mesmo sendo conhecidos, e são muitas vezes causados pela ausência de

atuação fiscalizadora do INCRA. Segundo um assentado do PA Cachoeira

"O INCRA pouco faz no âmbito do Projeto, não dá apoio e empenho para abertura de estradas, se preocupa apenas em assentar os colonos, deixando-os à própria sorte, sem assistência; a gente só desbrava isso aqui porque não encontramos terra em mais nenhum outro lugar; apesar de ser assim, eu fico aqui até me matarem ou me tirarem a força." Cf. pesquisa de campo 1997.

À concentração e o uso indevido da terra pelo latifúndio tem sido acompanhada por um aumento generalizado dos conflitos sociais, em virtude de usurpação das áreas indígenas e as de uso camponês. Abrangem uma diversidade de antagonismos e de interesses concernentes não apenas à titulação da terra, mas também às relações de trabalho e à circulação de produtos agrícolas.

A situação dominial não definida e o não reconhecimento pleno dos direitos de posse, tal como estava firmado no Estatuto da Terra, favorecem as operações fraudulentas de grilagem cartorial. A exemplo Valverde (1993:139) relata que:

"Empresas do Sudeste e transnacionais fizeram um avanço maciço sobre a periferia da floresta amazônica, de forma clara. A famosa Volkswagem acabou empurrando seu empreendimento para a BRASCAN que, por sua vez, o empurrou para a Matsubara, que detém essa propriedade onde foi feita a primeira das grandes queimadas da Amazônia, a qual pôde ser observada em imagens de satélite. Esse empreendimento foi apelidado de 'boiwagen'.

Depois, veio a Atlântica-Boa Vista. Tive ocasião de fazer uma pesquisa para um escritório particular de planejamento no Acre Central, no Vale do Envira, um sub-afluente do Juruá. Era um seringal antigo, chamado Califórnia. (...) Tinham título legítimo

de 300 hectares e se apropriaram de 356.000 hectares. A esse 'fenômeno' eu chamo de 'hectares elásticos'. Dizem que os seringais antigos eram de dimensões gigantescas."

Também em Rondônia verifica-se na região de Ariquemes uma Fazenda na BR 364 de 40.000 hectares, segundo consta em documentos do extinto IEF-RO aquele latifúndio possui uma área legal de 20.000 hectares, ou seja, cada hectare pariu outro, é aquilo que Valverde chamou de "hectares elásticas". E seguem-se os exemplos. Também o exemplo da fazenda Santa Júlia, já relatado anteriormente.

A usurpação dessas áreas de posse através de expulsões e despejos constitui-se numa regra. A incompetência da ação fundiária oficial dificulta a consolidação de posse efetiva ao recusar o pronto reconhecimento dos direitos inerentes aos posseiros.

O não reconhecimento jurídico das posses coloca estes pequenos agricultores à margem dos dispositivos legais e sem a mínima proteção. Por conseguinte, são forçados a ficar à margem das vantagens creditícias por ventura propiciadas pelo BASA, Banco do Brasil e Bancos Estaduais; e também a margem da ação fundiária oficial. Este múltiplo desamparo deixa-os ao desabrigo legal, expostos à truculência dos grileiros - latifundiários interessados em ampliar seus vastos territórios.

No Estado de Rondônia em 1950, o cadastro de terras identificou cerca de 530 propriedades, ocupando uma área conjunta de aproximadamente 694.000 ha. Em 1970, o cadastro aumentou para 7.082 propriedades e 1.6 milhão de ha. Na década de oitenta, o número de propriedades

aumentou abruptamente para 48.365 em 1980, e 80.615 em 1985, representando uma área total ocupada de aproximadamente 6 milhões de ha. Dados importante é que já no censo de 1995 o número de estabelecimento do Estado diminuiu para 76.954 estabelecimento.

O restante das áreas do Estado (cerca de 17,5 milhões de ha) inclui terras públicas, florestas, reservas ecológicas ou indígenas; áreas reservadas para planos de futuras colonizações e terras ocupadas precariamente por pequeno número de agricultores sem títulos oriciais/legais reconhecidos ou direito sobre a terra. (PLANAFLORO, Relatório 8073 - BR, Planaflo, 1992).

TABELA Nº 22

DISCRIMINAÇÃO/DESTINAÇÃO DE TERRAS EM RONDÔNIA

OCUPAÇÃO	Ha
ÁREAS URBANAS	117.011
ÁREAS INDÍGENAS (FUNAI)	4.524.142
ÁREAS PRESERVADAS (IBAMA)	1.907.637
ÁREAS DO M. DO EXÉRCITO	578.000
ÁREAS DO M. DA AERONÁUTICA	6.420
ÁREAS DO GOVERNO DO ESTADO	31.100
ÁREAS DOS PIC's & PAD's	3.344.500
ÁREAS DOS PA's	334.927
ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA	439.329
ÁREAS DE CONCOR. PÚBLICA	1.527.265
ÁREAS DE PAR	667.439
283 TÍTULOS DO AM. & MT.	2.735.578
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PF's	4.581.879
REGULARIZ. FUND. EM ANDAMENTO	1.546.530
TERRAS DEVOLUTAS DA UNIÃO	1.509.523
TOTAL	23.851.280

FONTE: INCRA - RO

Uma verificação mais atenta do processo de colonização agrícola constata que, do ponto de vista da estrutura fundiária, a migração e a conseqüente implantação dos respectivos projetos de assentamento efetivamente

resultou num fato muito importante, segundo AMARAL (1994:102):

“mudou o perfil de apropriação e ocupação do meio rural, havendo uma minifundização da propriedade e da posse da terra. O latifúndio e a pequena propriedade passaram a coexistir. Contudo é significativo que da segunda metade da década passada para cá vem ocorrendo uma reconcentração fundiária. Este fenômeno é detectado em todos os projetos de colonização.”

Esta situação é constatada com os dados do Projeto de Assentamento Vale do Jamari conforme exposto nas tabelas seguintes.

TABELA Nº 23

RELAÇÃO BENEFICIÁRIO/LOTE NO PA VALE DO JAMARI EM RO 1997

BENEFICIÁRIO	LOTES	%
276	276	27,82
58	140	14,11
12	70	7,05
12	144	14,51
07	112	11,29
05	155	15,63
02	95	9,68
TOTAL	992	100

Fonte: Pesquisa de campo/1997

Este projeto teve um assentamento inicial de 1.081 famílias no ano de 1986. Sendo que em 1997 tinha o seguinte resultado: 896 ou 82,89% dos colonos assentados já tinha sido expropriados; número insignificante de apenas 96 assentados ou seja 8,88% eram colonos remanescente do assentamento inicial.

TABELA 24
RESULTADO DO ASSENTAMENTO NO PA
VALE DO JAMARI EM RO DE 1986 A 1997

CONDIÇÃO	colonos	%
expropriados	896	82,89
remanescentes	96	8,88
lotes inundados Samuel	89	8,23
Assentados p INCRA	1.081	100

Fonte: Pesquisa de campo/1997

Esta situação requer uma atuação emergencial por parte do governo para reverter a concentração fundiária de caráter puramente especulativo, pois, atrás dessa prática, está embutido uma forte pressão sobre as unidades de conservação e mais especialmente das reservas indígenas. Isto porque os pequenos produtores, ao serem expropriados, vêem essas áreas como uma esperança de um reencontro com a terra perdida, já que os órgãos governamentais têm-se mostrado frágeis no sentido de uma política agrícola que efetivamente fixe o colono na terra, bem como, no papel de fiscalização e proibição de penetração e exploração das áreas de reservas.

TABELA Nº 25

CONDIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PA VALE DO JAMARI EM
RO 1997

CONDIÇÃO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Assentado	96	25,81
Agregado	72	19,35
Irregular	191	51,35
S/ inform.	13	3,49
TOTAL	372	100

Fonte: Pesquisa de campo/1997

Se analisarmos a situação pela condição de assentado verifica-se que é mais agravante. Se não vejamos: 19,35 são

agregados, o que significa que não possui lotes de terras; os 51,35% de irregulares são proprietários que adquiriram lotes através de compra sem autorização do INCRA. Contudo na tabela anterior verificou-se que havia 992 lotes e ao subtrair os 72 agregados tem-se um total de 301 proprietários o que representa que existe lotes concentrados em poder de alguns proprietários.

TABELA 26

Relação colono/lote no PA Vale do Jamari de 1986 a 1997

CONDIÇÃO	colonos	lotes
Beneficiário em 96	1.081	1.081
Beneficiário em 87	372	992

Fonte: Pesquisa de campo/1997:

A tabela a seguir revela a mesma situação de concentração conforma a relação de beneficiário e distribuição de hectares por colonos.

TABELA 27

DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA NO PA VALE DO JAMARI EM RONDÔNIA EM 1997: Beneficiário e Área total em ha

Nº de Beneficiários	Área total(ha)
02	4.639
05	7.750
07	5.600
12	7.200
12	3.500
58	7.000
276	13.800
372	49.489

Fonte: Pesquisa de campo 1997.

A tabela a seguir é sintomática do grau de concentração no PA Vale do Jamari. Um projeto que foi implantado para corrigir a má distribuição de terra não deveria apresentar, portanto, concentração da mesma.

De acordo com a classificação de GINI o índices entre 0,501 a 0,700 apresenta uma forte concentração de terra. Bem assim, o índice de GINI do PA Vale do Jamari apresentou um valor de 0,560. O que representa uma forte concentração em um projeto de assentamento do INCRA.

TABELA 28

DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA NO PA VALE DO JAMARI EM RONDÔNIA EM 1997: ÍNDICE DE GINI, MEDIANA E MÉDIA.

Especificação	Valor
Índice de Gini	0,560
Mediana	50
Média	133,05

Fonte: Pesquisa de campo 1997.

Observa-se, na tabela 28, que a mediana do PA Vale do Jamari é de 133,05 ha, cujo valor é mais de três vezes maior do que a do Estado de Rondônia conforme dados básicos do Censo Agropecuário de 1985.

O índice de GINI do PA vale do Jamari (0,560) apresenta um grau de desigualdade da distribuição da terra maior que o próprio município de Porto Velho que é de 0,492 conforme C. Agropecuário de 1985.

TABELA 29

DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA NO PA VALE DO JAMARI EM RONDÔNIA EM 1997.

Área ocupada *	Porcentagem
50-	13,94
10+	28,27
5+	18,77

Fonte: Pesquisa de campo 1997.

* porcentagem da área total ocupada pelos 50% abaixo ou igual a da mediana (50-), pelos 10% maiores (10+) e pelos 5% maiores (5+)

O PA Vale do Jamari é menos desigual em relação ao município de Porto velho ao considerar o valor dos 50- dos 10+ e dos 5+. Contudo Verifica-se que os 50- detém apenas

13,94% ao passo que os 10⁺ possuem 28,27% e os 5⁺ com 18,77% do total das terras do assentamento.

TABELA Nº 30

LOCAL DE MORADIA DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA VALE DO JAMARI - RO
1997

L. DE MORADIA	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Parcela Rural	226	60,75
Jamari	25	6,73
Candeias	23	6,19
Porto Velho	48	12,90
Fora do RO	18	4,83
S/ Informação	32	8,60
TOTAL	372	100

Fonte: Pesquisa de campo/1997

Ao comparar o local de moradia dos proprietários dos lotes verifica-se que 60,75% residem na própria terra de trabalho, dado que não difere do total do estado que é de 61,48%. Este dado revela também que, aproximadamente 40% residem fora da terra o que sugere um caráter especulador da propriedade da terra.

Por conseguinte, verifica-se que a marca atual que caracteriza a concentração fundiária de Rondônia tem sua origem na história da ocupação da Amazônia por grandes seringais com o advento da economia do avião, iniciado no século passado.

A partir de 1970, existe também a grilagem legal que os grandes proprietários fazem para obter grandes "fazendas". Um expediente bastante comum é o da "procuração". É o caso que encontrou-se no PA Jatuarana onde um proprietário de uma serraria conseguiu ser procurador de seus 100 trabalhadores e conseguiu ao mesmo tempo dar entrada no INCRA e adquiriu 1.000 há de terras dentro de um projeto de assentamento.

Outro exemplo é o Imóvel Pedra do Abismo com 66.000 ha onde o INCRA desapropriou um antigo seringal num valor de 24 milhões de reais para assentar latifundiários que lá já habitavam e que poderiam adquirir a terra de forma legal sem a participação do INCRA.

O órgão público emite os títulos e o proprietário passa a ser o detentor de uma grande parcela de terra adquirida com recursos públicos, com a participação direta do próprio INCRA.

CONCLUSÃO

A grande diversidade biológica com uma quantidade extremamente variada de espécies vegetais e faunísticas; recursos minerais; beleza cênica da paisagem natural; extensa malha hidroviária; relevo suave; um território com presença de pouca população, em 1970, 111.064 habitantes para uma extensão de 243.000 km². Rondônia foi o cenário ideal para implementar uma engenharia social sem precedentes na história de ocupação da Amazônia, por parte do Estado autoritário brasileiro.

Utilizou-se da técnica de “esvaziamento dos territórios ocupados” para implementar as políticas de ocupação territorial; as elites locais, e alguns governos dantanhos chegaram a entusiasmar-se a ponto de proietizar que Rondônia seria o futuro “celeiro do Brasil”. Estes princípios passaram a fazer parte da propaganda oficial para atrair migrantes de regiões extramazônicas - principalmente do Centro-Sul do Brasil, como resultado teve-se segundo SEPLAN/RO uma migração massiva para o Estado da ordem de 1.083.544 migrantes, no período de 1977 a 1992.

O resultado desse processo irracional de ocupação de Rondônia foi uma degradação de parte considerável do patrimônio natural e da população, continuando a pobreza visível do povo, já que destruição da natureza e da sociedade são proporcionais. Os homens são degradados pela miséria, malária e outras doenças presentes na região, e principalmente, pela ineficiência de políticas de gestão

territorial por parte da máquina administrativa governamental em apontar diretrizes econômicas compatíveis entre sociedade x natureza no Estado de Rondônia.

O INCRA com sua política verticalizada e inconseqüente, assentou famílias de colonos em solos extremamente fracos, favorecendo um desmatamento contínuo para, em seguida, abandonar a terra, criando áreas degradadas e encapoeiradas que não são utilizadas nem para pastagens.

Essa política do INCRA acarretou efetivamente uma concentração de terras, que anula o processo de distribuição que vem sendo praticado na Amazônia.

A falta de uma gestão com parâmetros sustentáveis das atividades econômicas, por parte do Governo Federal e Estadual, levou a conseqüências graves para o quadro sócio-ambiental de Rondônia. Como resultado tem-se áreas degradadas e conflitos entre os diversos agentes sociais.

O espaço rural apresenta-se como objeto de especulação fundiária e efetivamente não consegue absorver a massa de migrantes e muito menos produzir alimento para abastecer o mercado regional. Tal fato implica diretamente no crescimento das cidades de Rondônia de forma desordenada.

O traço marcante da estrutura fundiária de Rondônia, que não difere muito da brasileira, é o aspecto concentrador da propriedade da terra e, contraditoriamente, o crescimento

do número de minifúndios. Esse aumento da pequena propriedade decorre do processo de formação do campesinato brasileiro neste final de século.

É a revelação contraditória da estrutura fundiária de Rondônia: ela expande simultaneamente latifúndios e minifúndios desigualmente pelo Estado.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, A.N., Zoneamento Ecológico e Econômico da Amazônia: Questões de Escala e Método. In: Rev. Estudos Avançados, São Paulo, IEA/USP, Vol. 3, jan/abril - 1989.
- _____. Apresentação In: DEAN, W. A Luta Pela Borracha no Brasil. São Paulo, Nobel, 1989.
- ALVES, S.P. do C., Os Parceleiros do Jamari. São Paulo, USP, (dissertação), 1988.
- ALTMAN, L. & ZWETSCH, R., Paíter - O Povo Suruí e o compromisso missionário. Chapecó, Cadernos do Povo, 1980.
- AMARAL, J.J.O., O Todo é a Parte e Parte é o Todo. São Paulo, FFLCH/USP, (mimeo), 1990.
- _____. A Colonização Agrícola e a Pequena Produção na Fronteira Amazônica. São Paulo, FFLCH/USP, (mimeo), 1991.
- AMARAL, J. J. O. Terra virgem terra prostituta: o processo de colonização agrícola em Rondônia. São Paulo: USP, 1994.
- AMARAL, J. J. O & COSTA SILVA, R. G. da. Relatório de campo. UNIR, 1997.
- AMARAL, J. J. O & RIBEIRO, R. A. Relatório de campo. Porto Velho, UNIR, 1997.
- AMARAL, J. J. O & SANTOS, M. Relatório de campo Porto Velho, UNIR, 1997.
- ANDRADE, M.C.de, Cidade e Campo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- BACHELARD, G. O novo espírito científico. Porto, Edições 70, 1986
- BARP, W. et al. Estudo Sócio Econômico dos Projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia. Porto Velho, UNIR, (mimeo), 1988.
- BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- _____. Amazônia. São Paulo, Ática, 1990.
- BECKER, B. K. & EGLER, C. A G. Brasil: uma nova potência regional na economia - mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha-se no ar. São Paulo, Companhia Das Letras, 1988.

- BERWANGUER DA SILVA, R. Origem da matéria-prima que abastece as indústrias madeireiras no Município de Ariquemes - Rondônia. Porto Velho, UNIR, 1994.
- BOURDIEU, P. El oficio del sociologo. México, Siglo Veintiuno, 1975.
- BRANDÃO, C.R. Plantar Colher Comer. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- CALVENTE, A. Formação Não Capitalista no Movimento de Ocupação da Amazônia. Brasília, UNB, (dissertação), 1980.
- CÂNDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Duas Cidades, 1975.
- CARDOSO, F.H. & MÜLLER, G. Amazônia: Expansão do Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1978, 2ª ed.
- CARDOSO, M.L. de M. Parecer Antropológico Sobre os Limites Territoriais da Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Porto Velho, FUNAI, (mimeo), 1989.
- CARLOS, A.F.A. Os Caminhos da Geografia Humana no Brasil, In.: Boletim Paulista de Geografia n.º 71. São Paulo, AGB, 1982.
- CARVALHO, P.F. et al. A Questão Ambiental Demandando Uma Nova Ordem Mundial. Rio Claro, UNESP. 1993.
- CASTRO, J. Ensaio de Geografia Humana. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- CEMIN, A.B. Colonização e Natureza: Análise da Relação Social do Homem com a Natureza na Colonização Agrícola em Rondônia. Porto Alegre, UFRGS, (dissertação), 1992.
- CHAYANOV, A.V. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.
- CORREIA, L. de M. A Borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial. Manaus, Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1967.
- COSTA, W. M. da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. São Paulo, Contexto, 1988.
- DAL MASO, M. Política de Colonização e Colonização da Política. São Paulo, PUC, (dissertação), 1990.
- DA MATA, R. & LARAIA, R.de B. Índios e Castanheiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- DEAN, W. A Luta pela Borracha no Brasil. São Paulo, Nobel, 1989.
- DIAS, G.L. da S. & CASTRO, M.C. de, A Colonização Oficial no Brasil. São Paulo, IPE/USP, 1986.
- DUARTE, R.A; de P. Marx e a Natureza em o Capital. São Paulo, Loyola, 1986.

DIAS, R.J. Rondônia - Urbanização e Expansão da Fronteira Agrícola. Brasília, UNB, (dissertação), 1980.

FALKEMBURGER As Botas do Diabo. São Paulo, Ibrasa, 1971

FEARNSIDE, P.M. A Ocupação Humana de Rondônia: Impactos, Limites e Planejamento. Manaus, INPA, 1988.

_____. Processos Predatórios na Floresta Tropical Úmida da Amazônia Brasileira. In: Rev. Estudos Avançados. São Paulo, IEA/USP, Vol. 3, jan/abril, 1989.

FREMONT, A. Pesquisa Sobre o Espaço Vivido. In: L'Espace Géographique nº 3, Paris, 1974.

_____. Região, Espaço Vivido. Coimbra, Almedina, 1980.

GALVÃO, E. Encontro de Sociedades: Índios e Brancos no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1979.

GEERTZ, C. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989.

GNACCARINI, J.C. Latifúndio e Proletariado. São Paulo, Pol.s, 1980.

GODELIER, M. Antropologia. In: CARVALHO, E. A. (org.). São Paulo, Ática, 1981

GOFFMAN, E. Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, Dados Econômicos-Sociais da BR-364 no Território Federal de Rondônia. Porto Velho, 1979.

GRAZIANO DA SILVA, J. e HOFFMANN, R. A reconcentração fundiária. *Reforma Agrária* 10(6):3-17, nov.-dez. de 1980.

HARDMAN, F.F. Trem Fantasma: A Modernidade na Selva. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

HEBETTE, J. & ACEVEDO, R. Colonização Para Quem?. Belém, UFPa/NAEA, 1979.

_____. O Estado e a Reprodução Social: Ariquemes - Rondônia. Belém, NAEA, 1982.

HOBBSAWM, E. DA Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro, Forense, 1986.

_____. A Era do Capital 1848-1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

HOFFMANN, R. Evolução da desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil no período 1960-80. In: *Reforma Agrária* 12(6):17-34, nov.-dez. de 1982.

- IANNI, O. Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- IANNI, O. & QUEIROZ NETO, J.P. Amazônia. In: Território Livre, nº 2. São Paulo, UPEGE, s/d.
- IBGE. A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- IBGE *Censo Agropecuário-Brasil-Censos Econômicos de 1975*. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1979
- IBGE *Censo Agropecuário-Brasil-Censos Econômicos de 1985*. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991
- IBGE *Censo Agropecuário 1995-96. Número 2 - Rondônia*. Rio de Janeiro, IBGE. 1998
- IBRA *A Estrutura Agrária Brasileira*. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. 1967
- IDOVINA, H. & CALABI, D., Sobre o Uso Capitalista do território. In: Archivio di Studi e Regionali, ano IV nº 2. Milão, 1973, (3-20).
- INCRA. *Estatísticas Cadastrais/1* - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Recadastramento 1972. Brasília, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1974
- INCRA. Princípios Básicos da Seleção de Parceiros. Brasília, INCRA, 1977.
- INCRA. *Estatísticas Cadastrais/4* - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Situação do Cadastro em 31/12/76 - Base: Recadastramento 1972. Brasília, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 1978
- INCRA. *Estatísticas Cadastrais Anuais - 1992*. Brasília, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 1993
- INCRA. *Estatísticas Cadastrais Emergenciais - Recadastramento 1992*. Brasília, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Diretoria de Cadastro Rural.. 1996.
- INCRA. I censo da reforma agrária do Brasil. Brasília, Incra, 1997.
- ISNARD, H. O Espaço Geográfico. Coimbra, Almedina, 1982.
- ITERON, Rondônia: desenvolver e preservar. Porto Velho, ITERON, 1996.
- LACOSTE, Y. A Pesquisa e o Trabalho de Campo: Um Problema Político para os Pesquisadores, Estudantes e Cidadãos. In: Seleção de Texto nº 11. São Paulo, AGB, 1985.

- LACOSTE, Y. A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. Campinas, Papyrus, 1982.
- LEFEBVRE, H. Estrutura Social: A Reprodução das Relações Sociais. In: MARTINS, J.S. (org.), Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1977.
- LEVI-STRAUSS, C. Tristes Trópicos. Lisboa, Edições 70, 1936.
- LIPIETZ, A, O capital e seu espaço, São Paulo, Nobel, 1988
- LISBOA, P.L.B. Rondônia: Colonização e Floresta. Brasília, CNPq, 1989.
- LOPES, E. Colonização Agrícola em Rondônia. Rio de Janeiro, UFRRJ, (dissertação), 1983.
- MACHADO, L.O. & BECKER, B. Relações de Trabalho e Mobilidade na Amazônia Brasileira: Uma Contribuição. In: Amazônia Problemas e Impasses. Rio de Janeiro, AGB, s/d.
- MARTINS, J.S. A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo, Pioneira, 1973.
- _____. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.
- _____. O Cativo da Terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- _____. Expropriação e Violência. São Paulo, Hucitec, 1982.
- _____. Os Camponeses e a Política no Brasil: as Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político. Petrópolis, Vozes, 1983.
- _____. A Militarização da Questão Agrária. Petrópolis, Vozes, 1985.
- _____. A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova Republica". São Paulo, Hucitec, 1986a.
- _____. Não Há Terra para Plantar Neste Verão. Petrópolis, Vozes, 1986b.
- _____. Caminhada no Chão da Noite: Emancipação Política e Liberdade nos Movimentos Sociais do Campo. São Paulo, Hucitec, 1989.
- _____. A chegada do estranho. São Paulo, Hucitec, 1993.
- _____. O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História lenta. São Paulo, Hucitec, 1994.
- _____. Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo, Hucitec, 1997.
- MARX, K. Teoria Moderna da Colonização. In O Capital. Livro 1, Vol II, São Paulo, Difel, 1987.
- MEGGERS, B. Amazônia a Ilusão de Um Paraíso. São Paulo, Edusp, 1987.

- MINC, C. A Reconquista da Terra. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- MONBEIG, P. Os Modos de Pensar em Geografia Humana. In Boletim Paulista de Geografia nº 68, São Paulo, AGB, s/d.
- MORAES, A.C.R. & COSTA, W.M. da. A Valorização do Espaço. HUCITEC, 1984.
- MOREIRA NETO, C.de A. Índios da Amazônia de Maioria a Minoría (1750-1850). São Paulo, Vozes, 1988.
- MOSCOVICI, S. La Société Contre Nature. Paris, Union Générale D'Edition, 1972.
- NUNES, D. D., O ambiente em Rondônia: reflexões sobre conserva o e a necessidade social da terra. In.: Presença n  09. Porto Velho, UFRO,1997.
- OLIVEIRA, A.U. Modo Capitalista de Produ o e Agricultura. São Paulo,  tica, 1986.
- _____. Amazônia, Expropria o e Conflito. Campinas, Papyrus, 1987.
- _____. Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, J. M. de. A Esperança Vem da Frente. São Paulo, FFLCH/USP, (disserta o), 1982.
- OLIVEIRA, R.C. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira, 1976.
- ORSENA, E. A Exposi o Colonial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- PALHETA, I. G. de V. Ouso da terra em Tau -Vigia, Estado do Pará. São Paulo, IG/USP. 1982.
- POLANYI, K. A Grande Transforma o. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- PERDIGÃO, F.F. & BASSEGIO, L. Migrantes Amazônicos. São Paulo, Loyola, 1992.
- QUEIROZ, M.I.P. Varia o Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informa o Viva. São Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1983.
- QUEIROZ, M.I.P. et al., Experimentos com Histórias de Vida. São Paulo, Vertice, 1988.
- ROCHA, T. de A., Na busca da Gestão Sustentável dos recursos naturais de Rondônia. Porto Velho, PNUD/Planaflo. 1995.
- _____. Na busca da Gestão Sustentável dos recursos naturais de Rondônia. Porto Velho, PNUD/Planaflo, 2 ed. 1996.
- SANTOS, M., Organiza o do Espaço e Organiza o Social: O Caso de Rondônia. In.: Amazônia Problemas e Impasses. Rio de Janeiro, AGB, 1982.

- SANTOS, M., *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo, HUCITEC, 1988.
- SANTOS, N. *A invenção do seringueiro*. São Paulo, FFLCH/USP, 1997. (datilografado)
- SCHMIDT, *El concepto de natureza em Marx*. México. Siglo veintiuno, 1983
- SEPLAN, *Programa de desenvolvimento agroindustrial regional: Região de Porto Velho*. Porto Velho, SEPLAN, 1996.
- SHANIN, T., *La Clase Incómoda*. Madri, Alianza Universidad, 1983.
- SILVA, G. do C. e, *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olimpio, 1978.
- SILVA, J. G. da., *A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SILVA, J. P. da., *Jaru: Colonização e Campesinato*. Campina Grande, UFPb, (dissertação), 1984.
- SMITH, N., *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- STONE, K. H., *Aspectos Geográficos do Planejamento Para Nova Colonização Rural nas Terras Sententrionais do Mundo Livre*. in: *Geografia Humana nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Forum Editora, 1970.
- TAVARES, V.P. et al., *Colonização Dirigida no Brasil: Suas Possibilidades na Região Amazônica*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Col. Relatórios de Pesquisa nº 8, 1972.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V., *Colonos do Vinho*. São Paulo, Hucitec, 1984.
- _____. (org.), *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo, ICOMÉ, 1985.
- _____. *Matuchos, la Rêve de la Terre: Etude Sur les Processus de Colonisation Agricole et les Luttés des Paysans Meridionaux au Brésil: 1930-1984*. Paris, Université Paris X Nanterre, (These de Doctorat D'Etat), 1986.
- _____. *O Processo de Colonização Agrícola no Brasil Contemporâneo*. Brasília, Rev. Sociedade e Estado, vol IV, nº2. jul-dez, 1989a.
- _____. *Terra Para a Liberdade: Relações Sociais em região de Colonização*. Porto Alegre, UFRGS, 1989b.
- _____. *Crítica da Sociologia Rural e a Construção de Uma Outra Sociologia dos Processos Sociais Agrários*. Caxambu, ANPOCS, 1990.

- _____. As Novas Terras Como Formas de Dominação. In: Lua Nova nº 3, São Paulo, CEDEC, 1991.
- TEIXEIRA, C. C., Diferenciação Cultural e Conflito: A Colonização em Rondônia. Porto Velho, UNIR, 1990.(mimeo)
- TURNER, F. O., Espírito Ocidental Contra a Natureza. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- VALVERDE, O., Ecologia e Impactos dos Grandes Projetos. In.: A Amazônia Brasileira em Foco. Rio de Janeiro. CDDA, (19):136-144, 1993.
- VELHO, O. G., Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo, Difel, 1979.
- WAIBEL, L., Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.
- WAKEFIELD, E. G., Colonização In Rev. Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, VII (3): 337-415, 1946.
- WEBER, M. A., Situação do Trabalhadores Rurais da Alemanha nas Províncias do Além Elba - 1892. in: SILVA, J.G., A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- _____, A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1996.
- ZEVALLOS, E. A., Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. São Paulo, USP, rev. Estudos Avançados 7(17), 1993.

JORNAL

O ESTADÃO DO NORTE. Porto Velho/RO, 1985

REVISTA

VEJA. São Paulo, Abril. Ed 1417, ano 28 nº 45. 1995.